# Toque Sem Alma

## *a cultura do nascimento*



ROSEANE COELHO BRAGA

# Toque Sem Alma



## *a cultura do nascimento*

ROSEANE COELHO BRAGA



# PREFÁCIO

A violência obstétrica passou a existir a partir da institucionalização do parto, quando o profissional médico entrou em cena no cenário do nascimento sem o conhecimento total da fisiologia feminina. Inicialmente, a intenção era legítima: reduzir a alta mortalidade de mães e bebês nos partos domiciliares da época, nos quais o atendimento às complicações era baseado apenas em crenças tradicionais, e não em evidências científicas.

Levadas aos hospitais, as mulheres acreditaram que os médicos e os demais profissionais que ali estavam estariam preparados para prestar o auxílio necessário no momento de maior precisão. Só que aí entramos em um cenário no qual eram executados procedimentos baseados em crenças.

Sim, tal qual no domicílio, os nascimentos nos hospitais, em tempos remotos — há cerca de 60 anos —, eram assim conduzidos. Tentativa e erro. Como premissa da ciência, a hipótese sobre as ocorrências dos partos era a base. Como tudo na ciência, o conhecimento evolui. Contudo, na obstetrícia, a base da assistência não estava apenas na hipótese. Estava também no lugar que aquele corpo feminino ocupava e ocupa.

Mulheres nunca foram vistas como seres autônomos. Até pouco tempo atrás, precisavam do marido para votar, para tirar CPF e para trabalhar. Foi somente em 2022 que a mulher pôde, finalmente, escolher fazer uma laqueadura sem a autorização do cônjuge. Veja que, ao corpo feminino, nunca foi dada autonomia real; sempre houve a necessidade de que alguém concedesse autorização para alguma coisa.

E, dentro desse contexto, quando a mulher foi levada de casa para o hospital para parir, seu corpo começou a ser visto como um objeto que precisava de observação e intervenção para que cumprisse a sua única função: colocar um bebê vivo e inteiro para fora daquele útero. A preocupação não era se essa mulher seria feliz naquele processo, se suas vontades seriam atendidas, dentro das possibilidades, mas se o bebê nasceria vivo e bem.

Quando as mulheres relatam ter vivido violência obstétrica, escutam, na maioria das vezes: "Mas você e seu filho estão vivos e bem! Para que reclamar?"

Percebe que ninguém se importa se a experiência do parto foi positiva? Se ela foi bem acolhida e atendida? Tudo gira ao redor da função mecânica de fazer nascer um bebê. Ninguém olha para aquela mulher, que tem seus medos, seus desafios pessoais e suas vontades.

De forma alguma estou dizendo aqui que tudo o que a mulher quer deve ser feito, até porque temos protocolos que devem ser seguidos para garantir a segurança e o mínimo de riscos para o binômio mãe-bebê.

Só que o problema mora bem aí: as mulheres vão para o hospital buscando ajuda e assistência especializada e encontram abandono, violação de direitos e muito sofrimento. Os protocolos existem para que o atendimento seja o mais seguro e uniformizado possível, mas não é bem assim que funciona.

Mulheres pretas sofrem muito mais violações de seus direitos do que mulheres brancas: negativa de analgesia, suposições sobre paternidade ou sobre a formação familiar daquele núcleo — como veremos em uma das histórias — e um abandono maior. Tudo isso é baseado nas crenças que mencionei lá atrás: de que a mulher negra aguenta mais a dor, sabe parir sozinha ou não pode se relacionar com uma pessoa branca.

O racismo obstétrico é real e, ao contrário do que se imagina, ainda está muito presente nos dias de hoje, mesmo que estejamos em 2026 e pareça absurdo que o racismo ainda exista.

Além disso, temos ainda os estigmas sociais: quanto mais estigmas essa pessoa carrega, mais violência ela sofre. Esse é um conceito da autora Simone Diniz, que estabelece que, quanto mais aspectos negativos forem atribuídos à mulher ou à pessoa que vai maternar, mais violências ela estará submetida.

Pesquisas mostram que mulheres pobres, periféricas, ribeirinhas, analfabetas, negras, homens trans e todas as pessoas que não se enquadram no estereótipo comum estão mais sujeitas às violências no parto.

Você verá, nos relatos e nos poemas aqui escritos, diversas histórias e, muito possivelmente, se identificará com algumas delas ou conhecerá alguém que tenha vivenciado algo similar.

Ao final da leitura, convido você a fazer a seguinte reflexão: se o parto e o nascimento são algo que deveria ser tão sublime, por ser um momento tão esperado na vida da maioria das pessoas gestantes e mulheres, qual é a lógica de submetê-las a procedimentos sabidamente maléficos em nome de uma suposta autoridade médica?

Os direitos das gestantes que são violados durante o parto não são novos: direito ao acompanhante, à dignidade humana, ao respeito à autonomia, a não ser submetida à tortura... Tudo isso não é novidade. Já existe desde a Constituição Federal de 1988. Inclusive, a dignidade da pessoa humana é um dos princípios fundamentais do nosso país.

O que é novo é olhar para as mulheres com o olhar de quem reconhece esses direitos. Durante muitas décadas, nunca se olhou para a mulher que está parindo como um sujeito de direitos, mas sim como um veículo, como já disse.

Quando se levanta o questionamento sobre o porquê das condutas adotadas, aí sim entramos na defesa desses direitos.

Se você passou por alguma das violências obstétricas narradas neste livro, você tem direitos que podem ser buscados. O primeiro passo é solicitar uma cópia do seu prontuário. O segundo passo é buscar ajuda jurídica especializada, seja por meio de um advogado particular, seja por meio da Defensoria Pública.

Não é preciso buscar a Justiça somente se houver alguma sequela aparente. Alguns danos — a maioria deles — serão de ordem emocional e psicológica, de modo que não podem ser mensurados com os olhos; mas a dignidade e a autonomia não são direitos abstratos e devem, sim, ser respeitados dentro dos serviços de saúde que assistem aos partos.

Você tem cinco anos para buscar seus direitos. E espero, de verdade, que este livro te ajude a se preparar para um parto respeitoso e a compreender se o que você vivenciou foi ou não violência obstétrica.

Toda assistência deveria ter como premissa o reconhecimento de que se está tocando uma outra alma, que está ali precisando de suporte. O toque deveria ser repleto de amor, e não desprovido de alma.

Boa leitura!

RUTH RODRIGUES
Advogada especialista em violência obstétrica.



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Braga, Roseane Coelho
Toque sem alma [livro eletrônico] : a cultura do nascimento / Roseane Coelho Braga. -- Brasília, DF : Ed. da Autora, 2026.
PDF

ISBN 978-65-02-39787-9

1. Mulheres negras - Condições sociais 2. Narrativas pessoais 3. Violência contra as mulheres I. Título.

26-400031.0 CDD-808.00846

**Índices para catálogo sistemático:**
1. Narrativas pessoais : Literatura 808.00846
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

# AGRADECIMENTOS

À preciosa equipe de colaboradores do projeto:

Klara Barker - *Coordenadora técnica e articulação*
Ana Maria Sena - *Ilustradora*
Tatiana Sabadini - *Assistente de Comunicação e Difusão*
Luis Costa - *Gestor de Mídias, Redes Sociais e Impulsionamentos*
Pati Reis - *Designer Gráfico*
Fernando Campos - *Roteiro do vídeo*
Geise Prazeres - *Atriz*
Danielle Delabeneta Dumoulin - *Assistente de produção*
Guilherme Carvalho - *Produção e Edição do Vídeo*
Vanessa Santos - *Áudio do áudiobook*
Dino Lacerda - *SapucaiaLab*

À minha mãe Hornézia Coelho Vaz
e a minha irmã Florianita C. Braga Campos,
pelo apoio,
revisões e estímulo.

Muito especialmente às mulheres que
se encorajaram a contar suas histórias.



# INTRODUÇÃO

Este livro nasceu do desejo intenso de dar voz às mulheres. Dar voz àquelas que tiveram suas histórias invisibilizadas, mas que viveram algo que representa a história de tantas outras: deram à luz e tornaram-se mães. Mães que também seguiram invisíveis, sendo tratadas como só mais uma e que, neste sagrado rito de passagem, sofreram violências de diversas naturezas.

No campo da saúde, há, sem dúvida, a certeza de que já avançamos bastante no cenário obstétrico do Brasil. Avançamos, com muita luta, em um país que enfrenta altos índices de cesariana e no qual a mercantilização do nascimento, infelizmente, é uma realidade.

Há décadas, o nascimento se tornou um produto e um grande negócio que gera lucro para médicos/as e hospitais. Estes não possuem interesse em favorecer a assistência ao parto natural, pois, para dar à luz, a mulher possivelmente atravessará longas horas de contrações, no tempo natural de seu corpo, exigindo atenção individualizada e cuidado qualificado, por excelência. Nesse contexto, a mulher ocupará um quarto hospitalar por mais tempo, prejudicando a rotatividade. O/a médico/a será obrigado/a a desmarcar sua agenda de pré-natal, seus plantões extras, suas férias e outros compromissos pessoais para dar atenção à mulher que irá parir.

Nesse sentido, a cesariana é muito mais conveniente e apresentada como solução. Ela é oferecida como algo indolor, rápido e mais agradável à mulher. Pouco orientam sobre as consequências e os riscos de uma cirurgia para ela e para o bebê. Mas eles existem e são imensos.

A cesariana salva vidas, mas, quando indicada rotineiramente, passa a fazer parte de uma lógica que compõe um ritmo de vida acelerado, prático, tecnologizado e voltado ao lucro. Essa lógica pouco promove a manutenção da vida e de seus processos fisiológicos. Há que se comentar que, ao ser operada, a mulher ocupa o lugar de sujeito passivo, no qual quem protagoniza o nascimento é o/a médico/a que opera. Assim, mais

uma vez, a mulher, nesta sociedade patriarcal, é impedida de vivenciar sua autonomia.

Desse contexto emerge um aspecto que retroalimenta todo o ciclo de mercantilização do parto: uma imensa desqualificação da mão de obra que presta assistência ao parto normal. Há uma desumanização da assistência ao parto natural — a mulher fica sozinha, abandonada, sofre violências, não recebe orientações — os profissionais não têm tempo, estão sobrecarregados, não respeitam seus limites, nem ao menos perguntam seus nomes.

É por isso que, para muitas mulheres, há medo e um imenso horror associado à experiência do parto natural. Não pela experiência de parir em si, mas pela falta de orientação, cuidado e pelas violências a que são submetidas quando escolhem uma via de nascimento natural.

Mas, afinal, roubar o protagonismo da mulher, induzindo-a a uma cesariana "de conveniência", ou seja, sem real indicação clínica, não seria uma violência? E abandonar uma mulher no parto natural, sozinha e sem orientação profissional, também não seria uma violência? Sendo assim, é inapropriado dizer que uma coisa é a solução para a outra!

Estamos diante de uma cultura de violência que opera na maioria dos partos hospitalares. Diante de uma cultura assistencial que desconsidera a mulher em seu momento de maior potência e vulnerabilidade. É exatamente isso que você irá encontrar nas histórias deste livro.

Por conta disso, apesar dos avanços na luta pela humanização da assistência ao parto e pelo direito de escolha consciente e informada da mulher, a sensação ainda perdura: a de que ainda estamos no mesmo lugar, os fatos se repetem e há muito por fazer.

Na concepção deste livro, investigamos novos caminhos para abordar o mesmo tema, como quem acredita que há um jeito novo para alcançar melhores resultados. Eis que uma possibilidade se desenhou: a de que este debate deveria ser lançado em outras camadas sociais e culturais. Expandir para além da área da saúde. Para além dos círculos de mulheres, mães, pais, pessoas grávidas e profissionais que atuam com a saúde da mulher e da criança.

É chegado o tempo em que a discussão sobre o nascer deve ocupar o seu lugar — legítimo — no imaginário dos jovens, dos estudantes, das adolescentes, dos rapazes, dos artistas, dos intelectuais, dos formadores/as de opinião e de quem nunca foi e nunca será mãe, pai ou profissional da saúde. Enfim, de todos que compõem a sociedade. Pois, afinal, falar de nascimento é falar de todos nós, impreterivelmente; é falar de todos os que estão por vir.

E foi assim que lançamos a temática no campo das artes. Falar de um tema tão doloroso, carregando-o de toda a poesia, intensidade, símbolos e subjetividade da expressão artística. Promover a conscientização sobre a experiência humana vivida pelas mulheres quando trazem um bebê ao mundo. Despertar emoções e imprimir novas reflexões sobre o corpo da mulher que se abre no parto; sobre o poder e a vulnerabilidade da experiência de parir; sobre o silêncio que lhe é imposto; sobre o corpo da mulher como território (dos outros?); sobre a memória e a vida que pulsa; sobre a possibilidade de recuperar a própria voz.

A arte permite dizer o indizível e faz o espectador sentir e interpretar. Alcança camadas internas de quem a contempla e tem o poder de amplificar a potência dos debates, alterando as concepções coletivas e impulsionando a construção de uma nova realidade.

Neste livro, trouxemos um recorte específico: ouvir mulheres pretas/pardas e periféricas do Distrito Federal sobre seus partos. Sabemos que mulheres negras são as mais negligenciadas nos serviços de saúde, são aquelas que mais sofrem abordagens agressivas ou, até mesmo, são excluídas da assistência à saúde, como mencionado no artigo "A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil" (Leal MC et al., 2017).

Assim, ouvimos mulheres e buscamos identificar em que medida elas sofreram ou perceberam a discriminação racial nos serviços de saúde. Em que medida sofreram ou perceberam a violência durante o parto, durante as práticas de cuidado que receberam e na assistência profissional.

O reconhecimento do racismo nas histórias deste livro e a compreensão disso como um fator determinante social em

saúde são questões que precisam ser amplamente debatidas. Só assim poderemos realmente reduzir os índices de violência obstétrica, violência de gênero e racismo institucional e, mais especificamente, impulsionar o enfrentamento do racismo e da violência contra a mulher na sociedade.

Temos convicção de que não basta que a mulher e o bebê sobrevivam ao parto, mas, sim, que recebam um atendimento digno e respeitoso.

Por fim, oferecemos a vocês uma obra lúdica, artística e com forte aspecto atemporal. Esperamos que estes relatos, em forma de arte literária, arte visual, arte da oralidade e debate crítico, possam agregar à sua forma de ver o mundo, a mulher e o momento do nascimento, apontando, dentro de cada um, a construção de uma nova realidade.

Este trabalho é fruto do projeto Narrativas Femininas e a Cultura do Nascimento, selecionado no Edital 10/2025 FAC I 2025 - SECEC-DF.

Klara C Barker
Coordenadora Técnica
Enfermeira Obstetra





Nascer
não é uma coisa qualquer.

O corpo gritava
ninguém ouvia.

Há violências
que não deixam hematomas.

Moram na lembrança
como ferrugem
e te habitam eternamente

# UM PEDAÇO DE CARNE QUALQUER

## A HISTÓRIA DE LAURA

*"Eu não queria ser uma mãe solteira."*

Mas a gravidez chegou cedo, inesperada, quando o relacionamento com o pai da criança já havia terminado. A notícia da gestação, porém, costurou novamente um vínculo que já estava rompido. Não era exatamente o amor que entremeava este vínculo, era o medo. O medo de enfrentar o mundo sozinha. O desejo de oferecer à filha uma família que talvez nunca tivesse existido de verdade.

Como tantas mulheres, acreditou que permanecer naquele relacionamento talvez fosse a melhor forma de proteger a filha que ainda crescia dentro de seu ventre. O pai da criança enfrentava problemas com drogas, estava desempregado e carregava consigo instabilidades que impactavam o cotidiano da casa. A gestação, que já exigia delicadeza, tornou-se um território de conflitos, inseguranças e angústias.

Laura, tem vinte e sete anos. Mora na zona rural de São Sebastião, num lugar conhecido como Café sem Troco, onde as histórias das mulheres costumam nascer entre o trabalho duro e o silêncio. É filha de uma mulher goiana, que trabalha fazendo serviços domésticos, e de um homem mineiro que labuta com serviços gerais. É a mais velha entre quatro irmãos. Também é mãe de uma menina de nove anos. Hoje, molda fios e tecidos com as mãos de artesã. Divide a vida com um novo companheiro, encontrado depois que a antiga história chegou ao fim.

Mas antes da mulher que hoje cria beleza com as mãos, existiu uma jovem de dezessete anos que descobriu a maternidade antes mesmo de amadurecer a percepção de si própria.

Durante o pré-natal, foi acompanhada no posto de saúde de sua região. As consultas aconteciam, mas algo essencial nunca lhe foi oferecido: informação. Ninguém lhe explicou seus direitos. Ninguém lhe contou como o corpo se transformaria. Ninguém lhe falou sobre as fases do trabalho de parto, sobre as escolhas possíveis, sobre aquilo que aconteceria quando chegasse o grande dia.

Somente muito tempo depois Laura compreendeu o tamanho daquela falta. Percebeu que o desconhecimento também é uma forma de vulnerabilidade. Que o medo cresce justamente onde faltam palavras.

Se tivesse sido orientada, acredita que teria percorrido aquele caminho com menos desespero. Teria reconhecido os sinais do próprio corpo. Teria entendido que sentir medo não significava estar sozinha. Mas ninguém lhe contou.

E o desconhecimento caminhou ao lado dela durante toda a gravidez, marcada também pelas dificuldades emocionais, pelos conflitos familiares e pelo lento exercício de aceitar uma maternidade que não havia sido planejada.

A filha decidiu nascer antes do tempo.

Com trinta e seis semanas de gestação, Laura começou a sentir uma dor estranha, um desconforto que parecia apenas mais uma indisposição. A mãe percebeu que havia algo diferente e insistiu para que fossem à Casa de Parto.

Quando chegou, ouviu que já estava com quatro centímetros de dilatação. O nascimento havia começado.

Mas, por se tratar de uma gestação prematura, precisou ser transferida de ambulância para o Hospital Regional do Paranoá.

Durante todo o percurso, enquanto cada contração parecia dividir seu corpo ao meio, a enfermeira repetia uma orientação:

"Não faça força."

Laura obedecia sem compreender.

Perguntava-se como seria possível conter uma força que parecia nascer da própria terra, do próprio corpo, da própria vida querendo atravessá-la.

Ao chegar ao hospital, encontrou o oposto do acolhimento que imaginava.

Foi colocada sobre uma maca. Sozinha. Sem explicações. Sem orientação. Sem qualquer palavra que pudesse diminuir o medo.

O pai da criança permaneceu do lado de fora e só foi chamado muito tempo depois.

Enquanto Laura se contorcia de dor, os profissionais conversavam entre si. Riam. Comentavam assuntos cotidianos. O círculo de conversas parecia mais importante do que a mulher que gritava alguns metros adiante.

Ela estava ali. Mas era como se fosse invisível. Em uma das contrações mais intensas, um médico aproximou-se para realizar o exame de toque. Laura pediu apenas alguns segundos. Disse que naquele instante a dor era insuportável. Lembra-se exatamente do que falou:

"Doutor, agora eu não consigo porque eu estou sentindo muita dor."

Seu pedido não foi ouvido.

Ela continua:

"E aí ele pegou minha perna com força e dobrou ela em cima da maca e fez o toque. Aí naquele momento eu me senti lá nas estrelas, no universo, e voltei no meio da dor que eu tava sentindo da contração. Mesmo eu tendo falado pra ele que eu

não queria que fizesse naquele momento por conta da dor, ainda assim ele fez."

Seu corpo deixou de lhe pertencer. Seu "não" desapareceu diante da autoridade de quem acreditava saber mais do que ela sobre aquilo que acontecia dentro dela mesma.

Nenhuma explicação. Nenhuma escolha. Nenhuma tentativa de aliviar a dor. Nenhuma palavra de cuidado. Apenas procedimentos.

Em determinado momento, Laura sentiu uma vontade urgente de ir ao banheiro. Hoje sabe que não era vontade de evacuar. Era sua filha anunciando a chegada.

Ela avisou a equipe de profissionais que batiam papo, numa rodinha. Mas eles continuavam reunidos em conversa. Quando finalmente olharam para ela, já era tarde. A bebê praticamente nasceu sozinha. Só não caiu no chão porque, por acaso, uma enfermeira virou o rosto a tempo de ampará-la. Entre uma contração e outra, Laura conheceu um sentimento que jamais esqueceria. Não era apenas dor. Era abandono. Era pânico. Era a certeza de que sua vida e a de sua filha pareciam valer menos do que uma conversa qualquer. Depois do nascimento, o corpo já não respondia. Os braços pesavam. A fraqueza era tão profunda que ela mal conseguia sustentá-los.

Recebeu a filha, mas percebeu que não tinha forças para segurá-la em segurança. Temeu deixá-la cair. Foi então que ouviu uma frase que marcaria sua memória para sempre. A médica disse:

"Nossa, essa atitude que você tem é uma atitude ridícula sua."

Laura respondeu, confusa:

"Como assim?"

A médica continuou:

"Essa atitude ridícula é uma atitude de mãe que pega o filho e joga no lixo."

Laura recorda aquele instante como uma queda sem fundo.

Conta:

"Aí na hora que ela falou isso pra mim eu fiquei sem chão.

Eu lembro que falei pra ela: 'Eu não estou compreendendo, doutora, porque no momento eu não tava tendo forças pra pegar a minha filha, pra segurar ela no colo, e aí você queria que eu pegasse ela e corresse o risco de deixar ela cair no chão?"

A resposta foi seca.

"Não me interessa. Só sei que agora eu vou dar continuidade aqui ao processo e você pode colaborar bem aí."

Na sequência, recebeu uma anestesia aplicada de forma brusca na região íntima.

Ninguém explicou por quê. Mais tarde compreenderia que precisava levar pontos para reparar a laceração provocada pela passagem da filha. Mas, naquele momento, tudo o que sentia era outra coisa. Laura resume essa lembrança em uma imagem impossível de esquecer. Sentia-se tratada como se fosse apenas um pedaço de carne qualquer. Um corpo sobre uma maca. Um corpo sem nome, sem história. Um corpo que ninguém julgava digno de escutar.

Anos depois, ao revisitar essa memória, ela ainda procura compreender como um instante destinado ao nascimento da vida pôde ser atravessado por tamanha violência.

Ela mesma responde:

"É um momento em que a gente se sente tão sensível e tão vulnerável, que eles poderiam ter essa sensibilidade com a gente, né? Pelo menos se colocar no lugar da gente ali no momento. Mas infelizmente não é todos que são assim."

Somente depois foi encaminhada à maternidade.

Ali, finalmente, encontrou profissionais que a trataram com respeito. Sentiu, tarde demais, que o cuidado também poderia existir. Sua filha nasceu pequena. Pequena demais. Pesava apenas um quilo e trezentos gramas. Permaneceu internada durante um mês e nove dias na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. Durante todo esse tempo, Laura permaneceu ao lado da filha. Dormia pouco. Esperava muito. Sentia-se, muitas vezes, sozinha.

Também enfrentava a ausência do companheiro, que pouco conseguiu dividir o peso daqueles momentos.

Certo dia percebeu que alimentavam sua filha com leite

humano vindo do Banco de Leite. Assustada, perguntou:

"Como assim minha filha está tomando um leite que não é meu? De onde que está vindo esse leite?"

Foi então que descobriu outra falta. Ninguém lhe havia explicado que era preciso estimular a produção do próprio leite. Ninguém sequer verificou se ela já estava produzindo. E produzia. Produzia em abundância. Laura lembra com indignação e também com orgulho:

"E eu tava cheia de leite!! Tinha pra ela e doei para um monte de gente lá."

Mesmo diante da negligência, seu corpo seguia oferecendo alimento. Seu corpo insistia em cuidar. Seu corpo fazia nascer vida outra vez. Os anos passaram. A menina cresceu. Laura também. Hoje olha para a filha com orgulho e reconhece que a maternidade lhe proporcionou uma força que desconhecia possuir.

Mas as marcas daquele parto permanecem. Ainda hoje, quando pensa na possibilidade de uma nova gravidez, o trauma retorna. Se pudesse voltar no tempo, faria diferente. Buscaria conhecer seus direitos. Aprenderia sobre o parto. Prepararia o corpo e a mente para reconhecer quando o cuidado deixa de existir. Ao contar sua história, Laura aconselha as jovens a escolherem cuidadosamente seus parceiros, a conhecerem seus direitos, a buscarem informação e a compreenderem que o parto também lhes pertence.

Apesar de toda a violência que atravessou seu caminho, Laura encontrou na maternidade uma fonte inesperada de coragem.

Sua filha tornou-se inspiração. Transformação. Recomeço. A história de Laura não é exceção. É o espelho de milhares de mulheres brasileiras que tiveram seus corpos atravessados pela violência obstétrica, sobretudo aquelas que vivem em contextos de maior vulnerabilidade social. Histórias em que o silêncio institucional pesa tanto quanto a dor física; em que o nascimento, que deveria ser lembrado como um rito de acolhimento, transforma-se em memória de abandono.

Contar essas histórias é romper o pacto do silêncio. É devolver às mulheres a autoridade sobre suas próprias narrativas. É afirmar que nenhum nascimento deveria ser marcado pela humilhação. E que nenhuma mulher, ao dar a vida, pode voltar para casa carregando a sensação de ter sido tratada como um pedaço de carne qualquer.

A VIDA LEVA E NUNCA DEVOLVE

LEVA A INFÂNCIA.
LEVA O DESCANSO.
LEVA OS SONHOS

E MÃOS COSTURAM
O RASGADO
FAZ BELEZA COM BARRO
FAZ ABRIGO DA MEMÓRIA.

DA FILHA, FAZ FUTURO.





O QUARTO VAZIO
O SILÊNCIO NÃO.
O SILÊNCIO
PEDIU TINTA
MELODIA
PAPEL.

ELA TRANSFORMOU
A SAUDADE
EM COR.
A CULPA
EM ACORDE.

A AUSÊNCIA
EM IMAGEM.

A SOBREVIVÊNCIA DESENHOU
POEMAS.

## UMA ESCOLHA DIFÍCIL

### A HISTÓRIA DE NINA

Nina é o nome que a família escolheu para chamá-la desde menina. Um apelido que atravessou o tempo e acabou se tornando sua verdadeira identidade. Cantora, compositora, editora e artista visual, fazia da música uma maneira de existir.

Estudava na Escola de Música de Brasília quando precisou interromper o curso após a morte da avó, uma perda que calou temporariamente os acordes de sua vida.

Embora filha única, nunca conheceu a solidão.

Cresceu ao lado de duas primas que, desde a infância, ocuparam o lugar de irmãs. Entre elas, o cuidado nunca foi obrigação, mas um tipo de linguagem, uma expressão de afeto que se renovava em pequenos gestos.

Guardava enorme admiração pela mãe, dizia sempre: Minha mãe é tudo aquilo que eu gostaria de ser um dia.

Também fala do pai com carinho, apesar da distância que hoje os separa. Cresceu em uma casa onde lhe ensinaram a pensar por si mesma. Desde cedo aprendeu que liberdade exige responsabilidade e que decidir o próprio caminho é um exercício permanente.

Reconhece que foi uma jovem rebelde, mas nunca confundiu rebeldia com ausência de valores. A mãe lhe ensinou que firmeza não é rigidez, coragem não é violência. Muitos confundiam aquela determinação com autoritarismo. Nina, não. Via apenas uma mulher profundamente coerente consigo mesma. Herdou essa obstinação — a mesma que sustenta sua arte, sua música e todas as escolhas que faria mais tarde.

Há pouco mais de um ano divide a vida com o companheiro, pai de seu filho. Define esse período como exaustivo e, ao mesmo tempo, profundamente transformador.

"Foi uma espécie de ressurreição. Uma coisa muito primitiva. Sinto vontade de transformar tudo isso em arte."

Durante muitos anos repetiu à mãe uma certeza que parecia inabalável:

"Só quero ter filhos quando minha vida estiver estável. Quando eu tiver segurança financeira, emocional e souber exatamente que essa é a escolha que quero fazer."

A maternidade, para ela, jamais poderia nascer da obrigação, só por ser mulher. Nas conversas com os amigos, dizia que não desejava ter filhos. O mundo lhe parecia duro demais para receber uma criança sem que houvesse verdadeiro desejo.

"Nunca acreditei que alguém devesse ter um filho para preencher um vazio. Amor não nasce automaticamente. Ele é construído. Cresce na convivência."

Essas conversas aconteciam justamente quando sua própria

história começava a mudar sem que ela soubesse. Ela já estava grávida. O corpo, porém, permanecia em silêncio.

Não houve enjoos, alterações bruscas, nenhum dos sinais que costumam anunciar uma gestação. Apenas uma pressão constante na bexiga. Como já sofrera outras vezes com infecções urinárias, acreditou que fosse o mesmo problema.

Quando o desconforto persistiu, iniciou uma sequência de exames. Havia tomado regularmente o anticoncepcional injetável e sua menstruação sempre fora irregular. Ainda assim, decidiu fazer um teste de farmácia. Deu positivo. O chão desapareceu.

Tentou se agarrar ao exame de sangue realizado logo depois que deu negativo. Durante alguns dias viveu suspensa entre duas verdades incompatíveis.

A confirmação só chegaria semanas depois, quando já estava entre a vigésima sexta e a vigésima sétima semana de gestação.

Foi à ultrassonografia acompanhada da mãe, acreditando que investigaria apenas a origem daquela dor insistente. O médico passou o aparelho sobre seu ventre e, sem qualquer preparação, pronunciou a frase que alteraria completamente o rumo de sua vida.

"Você está grávida."

Nina respondeu imediatamente:

"Não. O exame de sangue deu negativo."

Mas a imagem na tela não deixava espaço para dúvidas.

Sem que ela perguntasse, o médico continuou.

"É um menino. Você já está entre o sexto e o sétimo mês de gestação."

O tempo pareceu romper-se. Não havia alegria, nem tristeza, nem qualquer sentimento. Apenas choque. Ela tremia.

Pensava, sem conseguir organizar as ideias, na possibilidade de interromper aquela gravidez descoberta quando já parecia tarde demais para qualquer escolha.

Percebendo seu estado, o médico perguntou:

"Você veio acompanhada?"

“Minha mãe está lá fora.”

Ele respondeu prontamente:

“Chama ela que eu conto.”

Nina ergueu os olhos.

“Não. Quero ser eu quem vai contar.”

O médico insistiu.

“Trabalho com isso há muitos anos. Sei como dar esse tipo de notícia.”

Mas ela permaneceu firme.

Jamais havia dito que não levaria a gestação adiante. Estava apenas tentando compreender o que acabara de acontecer. Ainda assim, ele continuou insistindo em conversar com sua mãe, como se sua própria voz já não lhe pertencesse.

Só depois de responder com firmeza ele desistiu.

Ao deixar a sala, Nina caminhou até a mãe.

“Vamos para um lugar mais reservado.”

Mal conseguiram sair do prédio. O ar desapareceu dos pulmões. As mãos começaram a tremer. As palavras se dissolveram. Veio a crise de ansiedade.

Acostumada a conviver com ansiedade e depressão, reconheceu aquele estado em que a emoção ultrapassa a linguagem e nenhuma palavra consegue alcançar o que acontece por dentro.

A mãe apenas a abraçou.

Foi então que Nina conseguiu dizer, entre lágrimas:

“Mãe... eu estou grávida.”

As duas choraram.

Depois de um longo silêncio, outra frase rompeu o abraço.

“Mãe... eu não quero ter.”

Não era rejeição ao bebê.

Era a consciência dolorosa de que estava desempregada, emocionalmente fragilizada e completamente distante da vida que sempre imaginara antes de exercer a maternidade.

A mãe respirou fundo.

"Nós vamos encontrar uma solução. Vamos passar por isso juntas."

Mas, naquele instante, Nina acreditava já conhecer a única resposta possível. Pensava em interromper a gestação.

Logo depois, ligou para uma amiga que estava em Taguatinga. Quando se encontraram, Nina contou, entre lágrimas, tudo o que havia acontecido. A amiga ouviu em silêncio e disse que procuraria sua ginecologista, uma médica ligada a um coletivo de mulheres e acostumada a acompanhar situações semelhantes.

Na consulta, Nina explicou que já estava no final do segundo trimestre da gestação. A médica falou com delicadeza, mas sem esconder a gravidade da situação.

"Nesse estágio, uma interrupção colocaria você em risco. Poderia causar lesões graves no útero. E o bebê já tem condições de sobreviver fora dele, embora ainda seja muito frágil."

As palavras caíram sobre ela como uma segunda notícia. Saiu do consultório levando um peso ainda maior.

Em casa, subiu sozinha para a laje. Precisava de ar.

Ali, entre o concreto e o horizonte, desejou acender um cigarro, como tantas vezes fizera antes de saber que carregava outra vida dentro de si. Em vez disso, permaneceu imóvel, revendo cada dia daqueles meses. Pensava nas bebidas que bebera, nos cigarros que fumara, nos descuidos inevitáveis de quem ignorava estar grávida.

Perguntava-se, sem descanso:

"Será que ele está bem? Será que eu fiz algum mal sem saber?"

Pouco depois, telefonou para o companheiro, que estava no Rio de Janeiro, trabalhando com música.

"A gente precisa conversar."

Quando ouviu a notícia, ele não perguntou o que ela faria.

Disse apenas:

"Eu estou com você. Seja qual for a sua decisão, nós vamos enfrentar isso juntos. Estou voltando."

A partir daquele dia, Nina reorganizou inteiramente a própria vida. Abandonou o cigarro, interrompeu o consumo de álcool, iniciou os medicamentos prescritos e começou o pré-natal. Ainda que tardio, era o primeiro gesto concreto de cuidado diante de uma realidade que chegara de forma abrupta.

Em meio ao turbilhão, um amigo conversou com seu companheiro e mencionou, pela primeira vez, uma possibilidade que jamais lhe havia ocorrido. A entrega voluntária para adoção.

Até então, Nina acreditava que existia apenas um caminho.

"Eu pensava que engravidar significava, obrigatoriamente, tornar-se mãe. Como se toda mulher fosse destinada a isso. Nunca imaginei que também existisse o direito de escolher."

Essa descoberta abriu uma fresta de esperança.

Enquanto iniciava tratamento para ansiedade e depressão, mergulhou em pesquisas. Lia tudo o que encontrava. Tentava compreender um universo que até então lhe era completamente desconhecido. Quando compartilhou com a mãe a possibilidade da adoção, encontrou resistência. Aquela discordância tornava tudo mais difícil, mas já não reduzia sua necessidade de compreender todas as alternativas.

Foi assim que chegou à Vara da Infância.

Ali encontrou uma psicóloga que passaria a acompanhá-la durante toda a gestação. Pela primeira vez desde a descoberta da gravidez, sentiu que alguém lhe oferecia um espaço onde não precisava justificar seus sentimentos.

Seu filho nasceu no dia primeiro de março. Entre o diagnóstico da gravidez, em dois de dezembro, e o nascimento, havia transcorrido menos de três meses.

Seu corpo parecia saber exatamente o que fazer. Sua mente, não.

Enquanto a gestação avançava, ela ainda tentava alcançar o significado da própria experiência.

Apesar de tudo, nunca deixou de sentir ternura pelas crianças. Acredita que esse amor nasceu tanto de sua espiritualidade quanto da infância vivida na Ceilândia, marcada pela violência e pela consciência de que sua história poderia ter

seguido outros rumos.

Durante um dos encontros, ouviu da psicóloga uma frase que jamais esqueceria.

"Apesar da culpa que você sente, talvez esta tenha sido a decisão mais amorosa que poderia tomar — por você e pelo seu filho."

Aquelas palavras não apagaram a dor. Mas deram um nome diferente ao amor. Nina escreveu uma carta para o bebê.

Era sua maneira de permanecer perto enquanto se preparava para a despedida. Ao mesmo tempo, iniciou uma intensa preparação para o parto. Seu maior medo não era a dor das contrações. Era sofrer violência obstétrica. Conhecia as estatísticas. Sabia que mulheres negras, pardas e indígenas eram as que mais tinham seus corpos silenciados dentro das maternidades. Por isso estudou obstinadamente. Leu sobre parto, direitos reprodutivos, protocolos, legislação.

Queria que seu corpo fosse respeitado. Queria que sua voz permanecesse viva até o nascimento.

Fisicamente, a gestação foi mais tranquila do que imaginava. Não teve enjoos e atravessou os meses sem grandes intercorrências clínicas. A tempestade vinha de dentro.

Ainda assim, sentia-se espiritualmente sustentada.

"Parece que tudo o que poderia dar errado acabou encontrando um caminho melhor."

Sua preocupação era simples e imensa ao mesmo tempo: que ela e o bebê atravessassem aquela travessia com dignidade.

Foi nesse período que começou a procurar doulas e obstetras.

Muitas deixavam de responder assim que ouviam que pretendia entregar o bebê para adoção. Até conhecer Irene.

Desde a primeira conversa, sentiu que não precisava esconder nenhuma parte de sua história. Irene não a julgou. Escutou. Acolheu. Explicou.

Ao lado de outras doulas e da psicóloga da Vara da Infância, tornou-se uma das pessoas que sustentaram emocionalmente

aquele percurso.

Outro grande medo de Nina não era a adoção em si. Era imaginar que o filho pudesse crescer sem amor.

"Meu único desejo era que ele fosse amado. Que tivesse oportunidades. Que pudesse ser livre para ser quem quisesse ser."

Durante o acompanhamento, compreendeu que a entrega voluntária estava muito distante da ideia de abandono.

A psicóloga lhe mostrou cada etapa do processo, explicou os direitos da mãe, da criança e o acompanhamento realizado pelo Judiciário. Foi então que outra compreensão nasceu dentro dela.

"Descobri que maternidade também pode ser uma escolha. E que talvez eu pudesse ser mãe em outro momento da minha vida."

Essa percepção não diminuiu a dor. Mas transformou sua culpa em responsabilidade. O trabalho de parto durou vinte e seis horas. Uma travessia longa, física e espiritual.

"Foi uma experiência completamente primitiva."

No início da gestação desejava uma cesariana. Imaginava que assim escaparia da dor. Com o passar dos meses compreendeu que havia sofrimentos que nenhum procedimento cirúrgico seria capaz de evitar. Optou pelo parto normal.

Durante toda a preparação, Irene e seu companheiro participaram de encontros para discutir o plano de parto. Cada conversa fortalecia sua autonomia. Nina transformou aquele documento quase numa pesquisa.

Quanto mais aprendia, mais entendia que informação também era uma forma de proteção. Ao mesmo tempo, crescia o receio.

Leu relatos de violência obstétrica, ouviu histórias de mulheres da própria família e carregou consigo o medo de que seu corpo deixasse de lhe pertencer justamente no momento do nascimento.

No entanto, quando o parto finalmente aconteceu, encontrou um cenário diferente daquele que tantas vezes imaginara.

Quase toda a equipe era formada por mulheres. Seu companheiro permaneceu ao seu lado durante toda a travessia, segurando-lhe a mão, acompanhando também os primeiros cuidados com o bebê.

Pela primeira vez em muitos meses, Nina respirou com a sensação de que sua vontade havia sido escutada.

Nina dedicou semanas à elaboração do plano de parto. Não era apenas um documento. Era uma espécie de mapa para atravessar o desconhecido. Ali registrou seus direitos, seus limites, seus desejos e também aquilo que não estava disposta a viver. Pensou em diferentes possibilidades, antecipou cenários, estudou protocolos. Escreveu como quem ergue um abrigo.

Depois do nascimento, algumas profissionais folhearam aquelas páginas e sorriram.

"Isso aqui parece um TCC."

Ela sorriu de volta.

No fundo, compreendeu que aquele comentário revelava algo maior: poucas mulheres chegavam ao parto conhecendo, com tanta precisão, os próprios direitos. Foi então que nasceu um novo compromisso.

"Toda mulher deveria fazer um plano de parto. Principalmente as mulheres negras, indígenas, pardas e periféricas. A informação existe, mas quase nunca chega até quem mais precisa dela."

Desde então, passou a ajudar outras mulheres a escreverem seus próprios planos, como gostaria de ter sido ajudada um dia.

Para Nina, aquele documento nunca foi um amontoado de papéis. Era uma declaração de existência. Uma maneira de dizer:

"Este corpo é meu. Esta voz também."

O parto aconteceu na Maternidade Brasília. Embora tivesse realizado o pré-natal em um hospital público, não encontrara ali o acolhimento de que precisava. Por isso, preparou inúmeros caminhos possíveis, sempre procurando proteger a si mesma e ao filho. Nada, porém, aconteceu exatamente como imaginara.

O nascimento foi intenso, improvisado.

Apoiou-se sobre a maca, sustentando o corpo em quatro apoios, exatamente como desejava. Não queria parir deitada. Chamava, com humor e ironia, a posição ginecológica tradicional de "frango assado".

Seu corpo encontrou outra forma de nascer junto com o filho.

Quando o bebê foi levado da sala de parto, um silêncio tomou conta do quarto.

Foi então que olhou para o companheiro.

"Eu quero conhecê-lo antes de ir embora."

Houve um breve silêncio.

"Prefiro enfrentar a dor desse encontro do que viver para sempre com o arrependimento de nunca tê-lo visto."

Quando finalmente o colocou diante dos olhos, o tempo pareceu desacelerar. Era um menino. Um rosto onde ela reconhecia um pouco de si e um pouco do homem que permanecera ao seu lado durante toda a travessia.

"Ele era uma mistura dos dois."

Essa imagem permaneceu gravada para sempre dentro dela.

Na carta que escrevera durante a gestação, deixou registrado o que jamais conseguiria dizer em voz alta. Escreveu que três vidas seguiriam caminhos diferentes, mas que desejava acreditar que aquele era o percurso mais amoroso possível para todos. Desejou que ele encontrasse uma família onde houvesse afeto antes de qualquer outra coisa. Que tivesse oportunidades. Que pudesse crescer livre para descobrir quem seria.

Durante toda a gravidez, Nina manteve silêncio. Pouquíssimas pessoas souberam. Não era vergonha. Era proteção. Sabia que seu corpo rapidamente deixaria de lhe pertencer aos olhos dos outros. Sabia também que, diante de escolhas como a sua, quase todos acreditariam ter o direito de opinar.

Hoje, quando revisita essa história, ainda sente a dor atravessar as lembranças. Mas existe também gratidão.

"Se minha história puder ajudar outra mulher a descobrir

que ela tem escolhas, então vale a pena contá-la."

Os julgamentos chegaram de todos os lados. Alguns insinuavam que ela estaria obrigando o companheiro a aceitar a entrega voluntária. Outros tentavam convencê-la a desistir. Curiosamente, quase ninguém dirigia a ele as mesmas cobranças. Enquanto ele seguia trabalhando, estudando e fazendo música, Nina interrompeu os estudos, recusou oportunidades profissionais e reorganizou completamente a própria existência. Durante algum tempo sentiu que sua identidade havia sido reduzida ao corpo que gestava. Como se tudo o que existira antes deixasse de importar. Recusou-se, porém, a permanecer naquele lugar. Foi a arte que lhe devolveu o nome. Transformou a dor em canções. Transformou o silêncio em imagens. Transformou a ausência em criação.

Ao olhar para sua trajetória, percebe que sua história também fala da história de muitas mulheres.

"Minha avó nasceu num tempo em que parecia existir um único destino possível. Minha geração começou a descobrir que existem muitos caminhos."

Para Nina, machismo e racismo continuam caminhando lado a lado, sustentando uma estrutura em que as mulheres, especialmente as mulheres negras, ocupam os lugares mais vulneráveis. Mesmo assim, acredita que algo começou a mudar.

As escolhas deixaram de parecer impossíveis.

Seu companheiro permaneceu ao seu lado durante todo o processo. Nos momentos em que ela já não conseguia falar por si, era ele quem conhecia cada detalhe do plano de parto, cada desejo, cada limite. Ela precisava saber que, se sua voz falhasse, alguém falaria por ela conforme planejado.

Hoje, observa também as transformações dentro da própria família. A mãe, que lhe ensinou tantas coisas, continua aprendendo com ela. Frequentemente diz que muitos dos direitos conquistados pelas mulheres seriam inimagináveis em sua juventude.

Essas conversas fazem Nina acreditar que a mudança acontece devagar, quase sempre dentro das casas, entre mães e

filhas.

Desde menina, já recusava os papéis que lhe ofereciam. Enquanto lhe davam bonecas, preferia dinossauros, carrinhos e aventuras.

O pai brincava:

"Achei que teria uma princesinha…"

Ela ri ao lembrar.

"E teve. Só que existem muitos jeitos de ser princesa."

Para Nina, a feminilidade nunca significou delicadeza obrigatória, nem submissão.

Significa força. Autonomia. Liberdade para decidir quem se é.

Talvez seja justamente isso que sua história procura dizer desde o começo. Que amar também pode ser escolher.

Que a forma mais profunda de cuidado nasce justamente quando uma mulher reivindica o direito de decidir sobre a própria vida.

Ao longo da vida, Nina aprendeu a responder aos olhares que tentavam reduzir seu corpo a um objeto. Não poucas vezes sustentou, em silêncio, o próprio espaço diante de homens que confundiam presença com disponibilidade.

Essas experiências lhe ensinaram que sua geração começou a nomear aquilo que tantas mulheres antes haviam sido obrigadas apenas a suportar.

"Estamos aprendendo a dizer não. Estamos aprendendo que respeito também é um direito."

Para ela, essa transformação ultrapassa as relações afetivas. Alcança a maternidade, o corpo, o desejo e a liberdade de decidir.

Quando fala sobre o futuro do filho, sua voz desacelera. Conta que a entrega voluntária para adoção é conduzida com extremo cuidado. Desde a primeira conversa na Vara da Infância, encontrou um espaço onde cada decisão precisava ser construída com consciência e liberdade. Participou de inúmeras reuniões. Conheceu cada etapa do processo. Ouviu todas as possibilidades. Em determinado momento perguntaram se gostaria de escolher

um nome para o bebê. Ela e o companheiro permaneceram em silêncio. Decidiram não nomeá-lo.

Era também uma forma de preparar a despedida.

Apesar da decisão, Nina nunca negou o vínculo que nasceu durante a gestação.

"Ele viveu dentro de mim. Existe uma ligação que só quem gesta consegue compreender."

A psicóloga explicava cada passo. Ela e o companheiro eram ouvidos separadamente, para que a decisão jamais pudesse ser confundida com imposição, pressão familiar ou vontade de terceiros. Pela primeira vez, Nina experimentava um lugar onde sua palavra era suficiente. Soube que, após o nascimento, haveria um período para confirmar sua decisão. Depois viriam o puerpério, a audiência judicial e todos os procedimentos previstos pela Justiça.

Também descobriu que, ao receber alta, o bebê permaneceria internado para realizar os exames neonatais antes de seguir para uma família acolhedora, onde permaneceria até a conclusão do processo de adoção. Conhecer cada etapa não diminuía a dor. Mas afastava o medo do desconhecido.

A audiência acabou acontecendo antes do previsto. Enquanto o corpo lentamente tentava cicatrizar o parto, sua mente buscava compreender uma ausência impossível de medir. Foi preciso interromper a produção de leite. Vieram a insônia. O silêncio da casa. E um vazio que parecia ocupar todos os cômodos.

Durante todo o acompanhamento, os profissionais também lhe apresentaram outros caminhos. Explicaram que, se desejasse permanecer com a criança, teria acesso a programas de apoio, enxoval e assistência social. Ninguém tentou conduzir sua escolha. Pelo contrário. Ofereceram todas as possibilidades para que ela pudesse decidir com liberdade. Mesmo assim, Nina compreendeu que ainda não conseguiria oferecer ao filho a vida que desejava para ele.

Essa certeza, embora dolorosa, permaneceu firme. Também descobriu que a adoção é precedida por um cuidadoso processo

de avaliação das famílias. Saber que seu filho seria acolhido por pessoas preparadas lhe trouxe algum consolo. Recorda-se das palavras do juiz durante a audiência. Ele reconheceu a complexidade daquela decisão e afirmou que enxergava nela responsabilidade e afeto.

Ao final do processo, Nina entregou a carta que escrevera durante a gestação. Era sua despedida. E também sua forma de permanecer para sempre na história daquele menino.

Hoje, quando olha para trás, sabe que o medo nunca desaparece completamente.

"Ninguém deixa de sentir medo. A diferença é descobrir que não precisa atravessá-lo sozinha."

Ela acredita que uma rede de apoio pode impedir que uma mulher desapareça dentro da própria dor. Acredita também que preservar os próprios sonhos não significa amar menos um filho. Significa continuar existindo.

Ao compartilhar sua experiência, percebe que muitas pessoas sequer sabem que a entrega voluntária para adoção é um direito previsto em lei. A desinformação transforma uma decisão consciente em motivo de vergonha.

"Muita gente confunde entrega legal com abandono. Não são a mesma coisa. Nunca foram."

Ela pensa nas mulheres que descobrem a gravidez tardiamente.

Nas que vivem em situação de pobreza. Nas que não encontram acolhimento. Nas que acreditam não haver saída.

"Quantas mulheres nunca saberão que tinham outra possibilidade?"

Essa pergunta ainda a acompanha. Para Nina, nenhuma mulher deveria tomar decisões importantes apenas porque desconhece seus direitos. Toda escolha precisa nascer da informação, do cuidado e da autonomia. Por isso, defende políticas públicas capazes de acolher, informar e proteger. Defende que nenhuma mulher seja obrigada a caminhar sozinha.

Também questiona os roteiros que durante tanto tempo pareceram inevitáveis: namorar, casar, ter filhos.

"A vida não acontece em linha reta. Existem muitos caminhos possíveis."

Conhecer seus direitos tornou-se uma forma de proteger o próprio corpo num sistema que tantas vezes silencia as mulheres. Hoje, ao narrar sua história, ela não procura convencer ninguém. Procura apenas ampliar o horizonte de outras mulheres.

"Se minha experiência servir para que alguém descubra que tem direitos, que pode escolher e que merece ser acolhida, então toda essa travessia terá encontrado um sentido."

Sua história não termina com uma resposta definitiva. Termina com uma porta aberta. Porque Nina aprendeu que o amor nem sempre se manifesta pela permanência.

Às vezes, sua forma mais difícil — e mais generosa — é a coragem de escolher.

Nenhuma estrela caiu.
Nenhum oráculo falou.
O corpo guardou segredo.

Enquanto o mundo seguia
com suas ruas
cigarros
festas
ensaios
um coração desconhecido
aprendia
a bater
no escuro.

O tempo
rasgou-se
como papel molhado.

Havia um menino.
Havia sete meses.

Havia uma vida
que crescera inteira
sem pedir licença.





Quinze minutos cabem numa era.
Meu sangue, um rio sem barragem.
Meu medo, farol aceso.
Minha mão, guarita e coragem.

# Quinze minutos de eternidade

## A HISTÓRIA DE AMINA

Trinta anos depois, Amina ainda conta sua histórias sentindo a cicatriz: sabe que fechou, mas conhece cada relevo. Tinha 27 anos quando engravidou do namorado francês, muito branco, olhos claros. Ela, negra, filha e neta de mulheres que conheciam o parto como a palma da mão. A amiga francesa — "sage-femme", parteira, enfermeira obstetra — a acolheu desde o início: ioga, caminhadas, comida saudável, preparo para o parto normal. Amina preparava o corpo como se varre o terreiro para receber santo. Jurava fugir de anestesia e de cesariana. Queria médico sim, mas que respeitasse o natural.

Foi indicada a uma obstetra brasileira, adepta do parto humanizado. Fizeram juntas o pré-natal, tudo alinhado, até que, já com mais de oito meses, quase na data prevista — 30 de outubro — a médica começou a semear medo, puxou do jaleco um bicho invisível:

"circular de cordão", "seu bebê está com circular de cordão".

Amina ouviu isso sozinha, o namorado no trabalho, e saiu da consulta aterrorizada. A frase rodeou o pescoço de Amina antes de qualquer cordão rodear o do bebê.

Ligou para a amiga francesa, que a acalmou: circular de cordão é comum; o bebê gira; na hora dá para ajudar a virar. Vai dar certo. Pediu que pegasse um táxi de volta para casa; Amina foi a pé, chorando. Ali,

ela diz pra si mesmo:

"Isso foi uma violência, o medo como ferramenta, o corte que não aparece no prontuário, o terror como protocolo."

Dormiu cedo. De madrugada, às quatro horas, acordou com contrações. Decidiu que não iria com aquela médica

"Ela vai me cortar", dizia.

Decidiu então ir para um hospital público, acreditando que se protegeria de uma cesárea desnecessária. Caminhou pela casa, esperou o namorado acordar e avisou: hoje você não trabalha, temos que ir para o hospital. Também chamou a amiga, que recomendou banho morno, caminhada, respiração. Às oito, a francesa chegou, e foram para a rede pública: o HUB - Hospital Universitário de Brasília. Viram a dilatação e disseram:

"Fica, pois já está quase na hora."

Levaram-na para a sala de preparo e, romperam sua bolsa sem consulta. Amina achou que foi uma interferência desnecessária — o bebê poderia ter nascido empelicado, sem romper a bolsa. Não deu tempo nem de pensar: entre a bolsa e o choro, menos de três minutos. O menino nasceu. A amiga ficou até o limite permitido e, então, se despediu:

"Daqui a pouco você vai para a enfermaria e lá não poderei ficar com você; eu preciso ir".

Amina não sabia que ficaria sozinha. Naquele tempo, o pai não podia entrar. Foi quando apareceu uma mulher branca, cabelo preso para trás, apresentando-se:

"Sou a psicóloga da maternidade".

Entrou falando como se o bebê já tivesse sido levado:

"Não, não dê seu filho. Não dê seu filho para esse casal".

O chão inclinou.

"Que casal?", perguntou Amina sem reconhecer na própria vida a história que lhe imputavam.

Depois entendeu: ao ser questionado sobre a relação, o namorado usara a palavra francesa que virou "concubina" e o resto foi dedução apressada. Ele branco, de olhos azuis; a amiga, também clara; Amina negra. Cabia no estereótipo. Racismo puro,

com crachá.

O bebê estava na pediatria fazendo exames. O pavor tomou corpo. Amina gritou, tentou se levantar, puxou o que alcançou; a pressão foi a 18, começou a hemorragia, o corpo enrijeceu todo, petrificou, quase uma parada cardíaca.

"Tirem essa mulher daqui! Quero meu filho agora!" Repetiu "agora" como quem ergue uma ponte sobre o abismo.

Agarrou o braço de uma enfermeira, exigindo o menino. Foram quinze minutos que pareceram um século: o corpo petrificado, a mente certa de que viriam com um papel para ela assinar e, assim, sumirem com seu filho.

Trouxeram o bebê. Encostaram-no nela, e Amina fez da própria mão uma guarita. Não dormiu. Vigiou a noite inteira, pálpebras breves, a palma pesada sobre o corpinho. O pai só entrou no dia seguinte, à tarde. Ela, em soluços, contou o que acontecera; passou o dia com a pressão alta. O companheiro rodou corredores para achar a tal psicóloga, pedir explicações. No hospital público, se descobriu que a proteção contra a cesárea não era proteção contra o racismo.

Na alta, ainda veio outra lâmina. A guarda da porta — morena, baixinha, gordinha, "da minha cor", disse Amina — perguntou se doeu e arrematou:

"Ano que vem você tá aqui de novo."

Amina engoliu e nada disse. Só depois, ao lembrar que, na enfermaria, era a mais velha, só depois, bem depois, reparou no contexto: ela era a mais velha da enfermaria. Ao redor, meninas negras, pobres, periféricas, parindo com a adolescência ainda no rosto e o medo no lugar do batom. Anos mais tarde, ao juntar os cacos, ela batizou o que viveu: racismo estrutural, dedução violenta travestida de cuidado.

Vieram mais três partos. O segundo, seis anos depois, já com trincheiras erguidas: o pai acompanhou o pediatra, o bebê não sairia do raio do olhar da mãe. O terceiro e o quarto, entre Brasil e França, com episiotomias medidas, menos dor — e, sobretudo, sem humilhação. Ainda assim, nada apaga os quinze minutos de eternidade em que alguém entrou no quarto trazendo

um sequestro na voz.

Hoje, se perguntam a Amina, ela aconselha as jovens a esperarem, se puderem; a escolherem com consciência; a escreverem plano de parto; a não ficarem sozinhas; a denunciarem. Porque houve avanços — acompanhante, doula, legislação —, mas o papel não segura o peso do olhar enviesado. A palavra mal dita, a humilhação.

No fim, ela diz, o filho ficou. Ela também. Entre os dois, uma vigília que atravessou a noite e os anos. E a história que se conta para que outras reconheçam o golpe antes que ele venha — e tenham fôlego para gritar "agora" quando for preciso trazer de volta o que é seu. Entre eles, uma ponte feita de mãos: as de sua mãe que pariu dez, as da avó parteira, as da amiga estrangeira, as dela, tremendo e firmes, cobrindo o sono dele. O resto é a crônica que se repete nas maternidades do país, onde o racismo estrutural ainda persiste, causando suas vítimas.

Botaram na minha boca
um nome que não era meu.
Tentaram me fazer ausência,
me vestir de aluguel.

Mas eu tinha avó parteira,
mãe de dez, fé no chão.
Quando gritei "traz meu filho",
a língua voltou pro meu corpo
e o racismo perdeu a mão.

Trinta anos e a dor ainda pulsa,
no corpo, no grito, no olhar.
O tempo passa, mas o medo
não aprende a se calar.
No parto, a solidão fria,
memórias de um susto profundo
a ferida não cicatriza
pesadelo eterno.



No leito, a sentença,
racismo que se faz muralha:
na dor da mulher negra,
o silêncio sempre se espalha.

Sou filha da coragem,
de parir em casa,
de enfrentar a dor
sem maquiagem,
de não fugir da ameaça.

No sangue, a força do legado,
na pele, a história e o saber,
maternidade é fardo pesado
que só quem sente pode dizer.

A voz ainda treme,
mas liberta outras mulheres
contando o que em si geme.

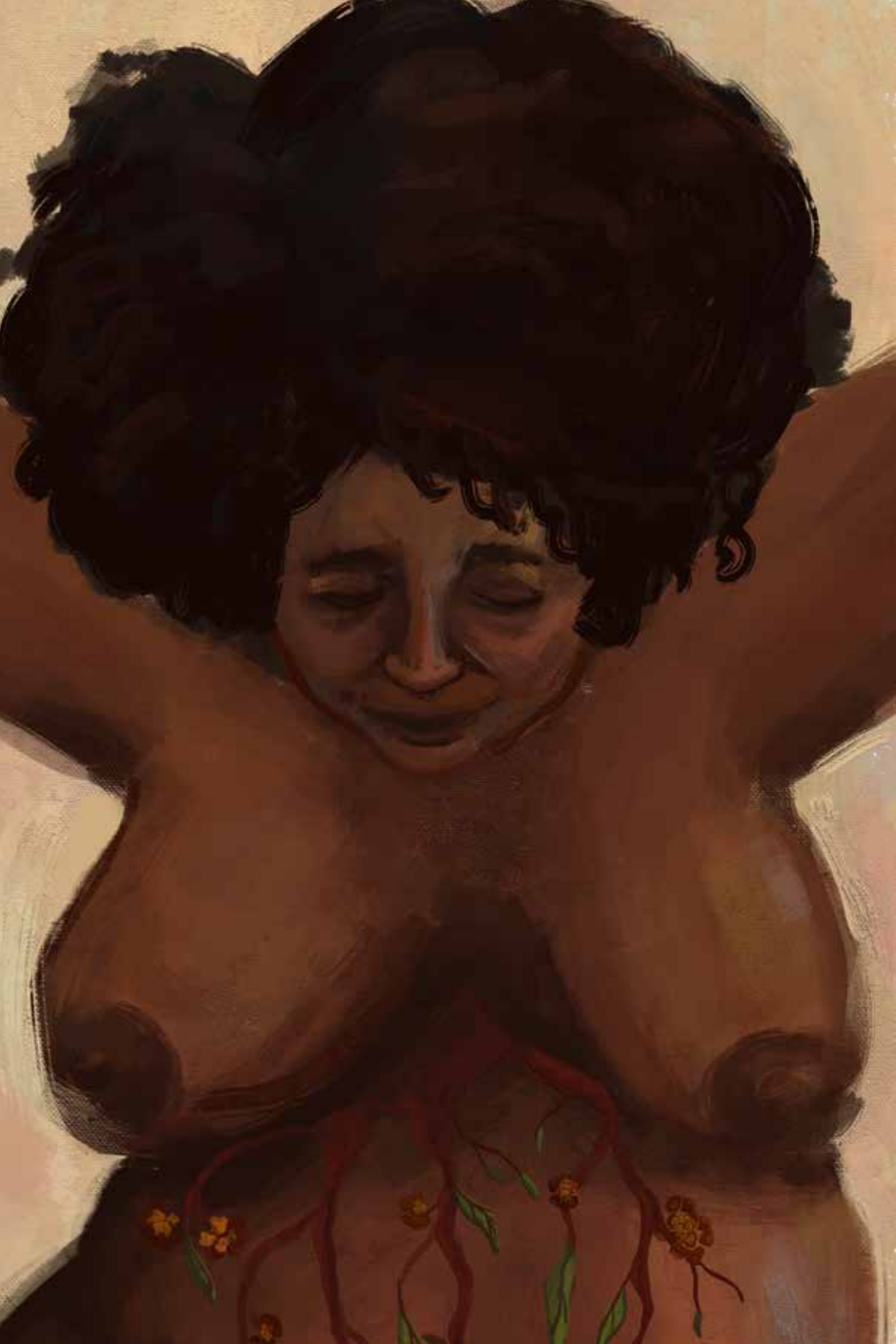
Que a história seja escudo
pra quem sofre calada,
e que nunca seja mudo
o grito de mãe amada.

Corda no pescoço
Era laço no meu medo.
O bebê girou planeta,
eu girei por dentro em segredo.

Entre águas e nascimento,
o tempo fez-se punho e flor.
Três minutos: mundo aberto.
Quinze: abismo e clamor.

Depois, a vida que insiste,
cicatriz que vira mapa.
Onde doeu, hoje resiste:
sou casa que não desaba.





O corpo
dita sua própria revolta.

Cada contração
uma frase.
Cada cicatriz
um manifesto.

Cada mulher
que pariu
carrega na pele
um documento.

Nascer mãe
é também nascer
testemunha.

## HOSPITAL DAS MULHERES INVISÍVEIS

### A HISTÓRIA DE MARLENE

Marlene nasceu em Brasília e cresceu sob o abrigo amoroso da avó, enquanto a mãe, jornalista, travava diariamente a batalha silenciosa de sustentar a família. O pai era uma presença distante, habitando o Rio de Janeiro e a margem de sua infância. Talvez por isso, desde cedo, Marlene tenha aprendido a construir pertencimentos onde havia afeto. Mulher de espírito permanentemente jovem, encontrou nas artes um modo de existir: canta, dança, escreve poesia e faz dessas linguagens um único fio condutor de sua vida.

Sua história tomou um novo rumo aos dezoito anos, quando descobriu que estava grávida de seu então companheiro. A notícia chegou em um momento de extrema fragilidade financeira. Sua mãe estava desempregada e, tomada pelo desespero, sugeriu que interrompesse a gestação. Mas Marlene e o companheiro decidiram seguir adiante, sustentando a gravidez apesar das incertezas que os cercavam. Nos primeiros meses, foi acompanhada por um médico particular graças ao plano de saúde. Contudo, às vésperas do nascimento do bebê, perdeu o convênio e precisou recorrer ao sistema público de saúde.

A gestação atravessou quarenta e duas longas semanas, como se o tempo também pesasse sobre seu corpo. Vieram o ganho excessivo de peso, a pré-diabetes, alterações na tireoide e uma sucessão de desafios físicos que transformaram a espera em um percurso exaustivo. Cada semana parecia prolongar não apenas a gravidez, mas também a expectativa e o cansaço.

O parto aconteceu no Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB) e terminou em uma cesariana. Foi nesse espaço, compartilhando o quarto coletivo antes e depois do nascimento do filho, que Marlene começou a testemunhar algo que marcaria profundamente sua memória. Não observava apenas a própria experiência; via desfilar diante de seus olhos o modo como tantas outras mulheres eram tratadas.

O primeiro choque veio ainda durante os exames de toque. O procedimento era realizado de maneira brusca, sem explicações, sem delicadeza, sem qualquer gesto que reconhecesse a vulnerabilidade daquele corpo. Tudo parecia obedecer à lógica da rapidez, da técnica e da mecanização, como se não houvesse uma pessoa ali, apenas um protocolo a cumprir. Marlene recorda a violência daquele instante:

"A pessoa enfia uma luva e aí vamos fazer um toque. E você com uma barriga gigantesca, frágil, sensível... a pessoa vem ali com uma mão quase inteira, invadindo seu espaço assim, né? Com bastante deseducação e pouco cuidado."

Quando foi diagnosticada com baixo volume de líquido amniótico, recebeu a notícia de que precisaria ser levada imediatamente para uma cesariana. O caminho até o centro cirúrgico foi atravessado pelo medo. Durante a anestesia, as palavras do médico anestesista, em vez de oferecerem segurança, produziram ainda mais terror.

"Eu vou colocar essa injeção em você, e aí você não pode se mexer porque senão você pode ficar paralítica. Você pode até perder seus movimentos."

Paralisada pelo medo, Marlene fez um pequeno movimento involuntário. A reação do médico foi cheia de ironia e pelo desprezo:

"Que que é isso? A pessoa com tatuagem sentindo dor

assim!"

Ela estava completamente sozinha. As normas do hospital não permitiam acompanhante naquele tipo de parto. Isolada, atravessou a cirurgia sem a presença de uma mão conhecida, de uma voz acolhedora ou de um olhar capaz de lembrar que continuava sendo uma pessoa e não apenas uma paciente.

Uma lembrança permanece gravada com nitidez dolorosa:

"Depois da anestesia, fui para a sala e senti a barriga ser cortada. Isso também é uma sensação que fica registrada aqui na cabeça."

No pós-operatório, Marlene percebeu que o fato de conhecer o filho do médico - um amigo - fez com que recebesse alguma atenção em determinados momentos. Mas bastava olhar ao redor para compreender que essa não era a realidade da maioria das mulheres internadas.

Ao longo da semana em que permaneceu hospitalizada, presenciou uma sucessão de pequenas e grandes violências cotidianas. Mulheres, especialmente negras e periféricas, eram transferidas de uma maca para outra com brutalidade, como se seus corpos recém-operados fossem objetos sem sensibilidade. Eram deslocadas de forma apressada, como cargas que precisavam apenas chegar ao próximo destino.

Ela mesma aguardava, angustiada, o momento em que seria a próxima.

As dores intensas do pós-operatório frequentemente eram ignoradas. Orientações quase não existiam. O cuidado surgia apenas quando familiares insistiam repetidas vezes ou cobravam providências da equipe médica. O abandono parecia fazer parte da rotina hospitalar.

Para Marlene, dar à luz é uma experiência profundamente transformadora, física, emocional e espiritual, mas que continua sendo envolta em silêncio. As mulheres chegam ao parto sem que lhes tenham ensinado verdadeiramente o que significa passar por esse processo. Como ela própria descreve:

"Você está ali carregando outra pessoa dentro de si e sem nenhum tipo de apoio. E ao invés disso... desleixos e maus-tratos.

A pessoa vem pegar o peito e não tem uma pegada com cuidado, é uma apertada, é um jeito que você fala: meu Deus do céu... Então é tudo de qualquer jeito. É uma lida desumanizada, assim, bem dura."

No quarto coletivo, assistia diariamente ao sofrimento de outras mães. Enfermeiras minimizavam dores, desacreditavam queixas e respondiam às dificuldades com impaciência. Aos poucos, o ambiente se convertia em um espaço onde o medo circulava entre os leitos. Não era apenas a dor física que ocupava aqueles corpos; havia também uma violência psicológica feita de humilhações, silêncios e indiferenças.

Na maior parte do tempo, o atendimento era frio, mecânico e impessoal. As mulheres pareciam ser percebidas apenas como corpos que precisavam cumprir rapidamente as etapas de um processo hospitalar.

Uma das cenas que mais a marcaram repetia-se todos os dias. As mulheres chegavam da sala de parto e eram retiradas das macas para as camas do quarto quase sem cuidado.

"Elas pegavam um lençol... uma pessoa que tá costurada, uma pessoa que acabou de parir, né? Era tipo uma carga, um pedaço de carne. Então eu fui assistindo cada mulher que chegava no quarto ser tratada dessa forma. E a sensação que dava era essa: não existe nenhum tipo de humanização. São realmente pedaços de carne."

A imagem dessas mulheres recém-costuradas, ainda marcadas pela cirurgia e pela exaustão do nascimento, sendo manipuladas com tamanha brutalidade permanece viva em sua memória.

Com o passar dos anos, Marlene compreendeu que aquilo que presenciou não era fruto de atitudes isoladas. Era expressão de uma estrutura maior, sustentada pelo machismo, pelo racismo e por uma lógica produtivista que transforma o parto em linha de montagem. Nesse sistema, o nascimento deixa de ser um acontecimento profundamente humano para tornar-se apenas mais um procedimento.

Ela observa que a violência acaba sendo naturalizada dentro das instituições. Muitos profissionais deixam de perceber

a dimensão humana do cuidado porque jamais se apropriaram verdadeiramente do conceito de assistência humanizada.

Marlene chama atenção para um aspecto que a impressionou profundamente: muitas vezes eram as próprias médicas que reproduziam discursos violentos contra outras mulheres.

Ela recorda jovens, muitas delas negras e periféricas, gritando de dor enquanto ouviam frases como:

"Ah, na hora de fazer, na hora de dar, você não reclama. Agora fica gritando? O que que é isso? Para de gritar!"

Para ela, trata-se de um processo contínuo de humilhação justamente no instante em que a mulher se encontra mais vulnerável. Conta que, na enfermaria coletiva, pessoas transitavam constantemente entre os leitos. Profissionais, estudantes e grupos inteiros cruzavam aquele espaço observando mulheres expostas, de pernas abertas, reduzidas à condição de corpos disponíveis ao olhar alheio. Recordar essa cena ainda lhe provoca um profundo sentimento de indignidade.

Hoje, Marlene entende que a ausência de suporte, somada ao despreparo e ao descaso de muitos profissionais da saúde, faz parte de uma engrenagem que oprime principalmente as mulheres em situação de maior vulnerabilidade social.

Ao olhar para sua própria trajetória, deixa um conselho às mulheres mais jovens. Sugere que vivam um pouco mais, construam seus próprios caminhos, fortaleçam sua autonomia e amadureçam antes de ingressarem na maternidade. Que busquem rodas de mulheres, escutem outras histórias, reconheçam nas experiências compartilhadas uma forma de aprendizado sobre as diferentes etapas da vida. Que procurem informação, apoio emocional e, sempre que possível, relações baseadas no amor, no respeito e na parceria verdadeira. Porque, embora gerar uma vida seja um dos acontecimentos mais profundos da existência humana, o sistema ainda está longe de oferecer o acolhimento necessário para que essa travessia seja vivida com a dignidade que toda mulher merece.

Cantos
que a garganta não suporta.

Cantos de contenção
de dentes cerrados
de mãos procurando outra mão
que não chega.

O filho nasce
a esperança insiste
em nascer.

Grito e choro
para não esquecer
o canto
que nenhuma violência
conseguiu anestesiar.

Um lugar sem nome
mulheres chegam
com universo inteiro
um número
um leito,
um avental.

Nas paredes gritos antigos
ruídos de rotina.

Mãos enluvadas
atravessam fronteiras
invadindo corpos.

E o silêncio
corta mais fundo
que o bisturi.

A criança respira.
A mulher desconfia
das mãos
que prometeram
cuidados.





Antes de ser nome
era Aredu:
dona da semente,
guardadora do líquido
vermelho
não chamavam sangue
mas caminho.
A filha nasceu
como uma clareira
entre dois mundos.

Toda mãe
é também ponte.

# O corpo que sabia

## A HISTÓRIA DE ARACY

"Eu cresci sem ideia de casar e ter filho. Eu sempre afirmei que nunca ia casar, nunca ia ter filho."

A vida, entretanto, às vezes não pergunta o que planejamos. Conheceu seu marido e o casamento aconteceu quase sem namoro. Depois do casamento, começou a surgir dentro dela uma sensação que não sabia nomear.

"Começou a me dar um vazio interno. E aí foi um processo pra mim admitir pra mim mesma que o vazio era da falta de um filho."

Não foi uma descoberta feita em voz alta. Primeiro aconteceu no território íntimo onde ninguém mais podia entrar. Quando finalmente contou ao marido, encontrou

acolhimento. Ele já tinha duas crianças de um casamento anterior e recebeu a notícia como uma possibilidade de amor que chegava para ampliar a família.

Três meses depois, veio a gravidez de Alma, sua primeira filha. Aracy tinha 28 anos.

A gestação foi tranquila. Ela tinha plano de saúde, fazia o pré-natal, mantinha uma vida ativa. Não era mulher de passar os dias deitada, esperando o corpo terminar sozinho aquilo que começara. Continuava em movimento, como sempre fora.

Desde o princípio, queria parto normal. Não porque desconhecesse a possibilidade de uma cesariana, mas justamente porque sabia que ela deveria existir como alternativa, não como destino previamente determinado.

"Eu sempre fiz questão de parto normal. Mas tinha segurança que, se tivesse alguma situação, faria uma cesárea."

O problema era outro: Aracy não confiava inteiramente na obstetra que acompanhava sua gestação. Quando falava sobre parto normal, sentia que suas palavras não encontravam escuta.

"Quando eu falei pra ela assim: 'Ah, porque eu faço questão do parto normal, ela nem conversou comigo sobre isso. A forma de falar... ela nem deu atenção."

A médica dizia que, se fosse necessário, haveria cesárea. Aracy sabia disso. Não era contra a medicina. Não era contra a cirurgia. O que desejava era sentir que sua escolha seria respeitada enquanto tudo estivesse correndo bem.

"Eu tô ciente, claro. Não é pra qualquer coisa. Não é tipo qualquer situação eu vou pra cesárea. Eu gostaria de sentir confiança na minha obstetra, de que ela ia atender meu pedido."

Foi então que procurou a Casa de Parto de São Sebastião, uma referência que conheceu e passou a frequentar durante o pré-natal. Levava seus exames, procurava entender como funcionava o atendimento e queria garantir que, quando chegasse a hora, pudesse ser recebida ali.

Havia ainda uma preocupação: Aracy tinha arritmia cardíaca. Antes de engravidar, havia procurado um médico para investigar a condição e passado por um procedimento cardíaco.

Nunca havia tido problemas importantes por causa da arritmia, mas sabia que aquele detalhe poderia interferir na escolha do local onde teria sua filha. Por isso, foi cuidadosa.

"Eu fui lá pra ver como é que funcionava pra que na hora eu pudesse ser atendida lá. E aí fui lá umas três vezes, levei os exames."

Até que chegou o dia. Às 7h40 da manhã, a bolsa rompeu.

Não havia contrações. Nada que anunciasse ainda a urgência daquele nascimento. Aracy começou o dia com a serenidade possível de quem sabe que alguma coisa irreversível acabou de começar. Ao meio-dia, vieram as contrações.

Ela estava acompanhada por uma doula, amiga que conhecia seu desejo e que permaneceu ao seu lado durante o trabalho de parto. As duas seguiram para a Casa de Parto. Mas Aracy não foi aceita. Quando a equipe soube da arritmia, recusou o atendimento.

Naquele momento, já sentindo dores fortes, Aracy precisou tomar uma decisão rápida.

"Aí eu falei assim: 'Me leva pra onde der. Me leva pra onde der.'"

Foi levada para o Hospital do Paranoá. E decidiu não avisar sua obstetra.

"Eu também não quis avisar minha obstetra, porque eu sabia que ela não ia fazer normal."

No hospital, a doula não pôde entrar. Naquele tempo, a legislação ainda não garantia o direito que hoje permite a presença da acompanhante escolhida pela mulher. Aracy entrou sozinha.

Foi colocada em uma sala enorme. Havia várias mulheres em trabalho de parto, deitadas em macas próximas umas das outras. Entre elas, apenas um tecido separava os corpos. Não havia acompanhantes. Não havia uma mão conhecida. Não havia alguém a quem pudesse perguntar o que deveria fazer.

"Eu não tive ninguém pra poder perguntar sobre como fazer a força e tal."

Ela fazia força quando não deveria. Depois que a contração

passava. Tentava entender o próprio corpo sem ninguém que lhe explicasse o que estava acontecendo. Ao redor, outras mulheres gritavam.

"Eu ouvia muitas mulheres pedindo: 'Ai, meu Deus! Ai, meu Deus!', 'Ai, Jesus!', 'Ai, Maria!'."

A sala parecia ter uma única voz feita de muitas vozes. Gritos, orações, gemidos, pedidos de socorro. Mulheres vulneráveis, expostas, entregues a uma estrutura que parecia ter esquecido que cada uma delas estava vivendo um dos momentos mais importantes de sua existência. Aracy estava entre elas.

"E você naquela situação, você não tem o que fazer, só aceitar a situação."

Depois de aproximadamente três horas, houve mudança de plantão. Então apareceu um médico. Ele olhava as mulheres uma a uma. Aracy já estava no limite.

"Doutor, eu não aguento mais."

Naquele momento, a cesariana começava a parecer uma saída. Não porque tivesse mudado de ideia sobre o parto normal, mas porque estava cansada, desorientada e sozinha. Foi então que o médico disse:

"Se vira que seu bebê quer nascer."

Aracy ainda respondeu que não sabia o que fazer. O médico explicou o que ninguém havia explicado até então:

"Você vai fazer a força na hora da dor."

Era simples. Era exatamente aquilo que ela precisava saber. Quando a próxima contração veio, Aracy fez força. Depois veio outra. Ela fez força novamente. Até que alguém gritou:

"Vai nascer!"

Ela sequer imaginava que falavam dela. De repente, muitas pessoas apareceram. Estagiários, enfermeiros, médicos. Aracy calcula que talvez fossem vinte pessoas ao seu redor.

"Eu lá de perna aberta e na minha frente, um monte de gente."

Ela estava exausta. Já não tinha força. Começaram a incentivá-la.

"Vai, mais uma! Mais uma vez!"

Então o médico disse:

"É uma indiazinha. Tem cabelo bem preto. Tô vendo a cabeça dela."

A imagem lhe devolveu alguma energia. A cabeça de sua filha estava ali. Alma estava chegando. Aracy fez força novamente. E Alma nasceu.

"E para mim foi um alívio."

Ela não percebeu exatamente o que havia acontecido. Não viu tudo. Não ouviu tudo. Estava fraca demais.

O médico teria realizado um corte para facilitar a saída da bebê, mas Aracy não se recorda de ter recebido explicação ou pedido de autorização naquele momento.

"Não vi nada. Para mim ele fez por conta dele ali. Não avisou nada."

Alma foi levada. Aracy ficou. Só depois de algum tempo viu a filha novamente. Colocaram a menina em seu colo. E então seu corpo, levado ao extremo, cedeu.

"Quando ela tava no meu colo, eu comecei a sentir tontura... e eu desmaiei com ela no colo."

Quando acordou, sua primeira necessidade foi quase elementar. Comida.

"Eu tô com muita fome. Eu preciso comer. Tô muito fraca. Eu preciso comer alguma coisa."

Mais tarde, deram-lhe arroz doce, uma comida de que normalmente não gostava. Naquele momento, porém, parecia a melhor comida do mundo. Ela comeu. A fome diminuiu. A fraqueza, não.

Quando tentaram levá-la em uma cadeira de rodas, passou pela família. O marido, a mãe, o irmão, a tia e a doula estavam ali. Aracy estava acabada. Alma foi colocada na cama com ela. Não havia espaço adequado para o bebê. Não havia conforto. E então sua mãe percebeu que alguma coisa não estava bem. Alma começou a espumar pela boca. Parecia ter dificuldade para respirar. Sem alarmar a filha, a mãe levou a menina até uma

enfermeira. Depois contou a Aracy o que havia acontecido. O problema foi percebido e Alma melhorou. Aracy, entretanto, continuava fraca. Ela se lembraria de outro detalhe: quando Alma começou a mamar, sentiu novamente a energia desaparecer.

"Parece que um pouco de energia que eu tinha foi indo embora."

No dia seguinte, começou a melhorar. Recebeu alta depois de 24 horas. Saiu do hospital com a filha nos braços e foi diretamente encontrar sua obstetra. A médica se assustou ao vê-la. Aracy havia atravessado o nascimento como se atravessasse uma tempestade. Mas alguma coisa havia permanecido dentro dela. Não apenas a lembrança da dor. A lembrança da solidão. E, sobretudo, a consciência de que poderia ter sido diferente.

Os outros dois partos mostrariam isso de maneira quase brutal.

Com Coraci, sua segunda filha, tudo aconteceu tão rapidamente que o nascimento ocorreu praticamente no caminho para o hospital.

Naquela noite, depois de um dia inteiro em um casamento, Aracy deitou-se. A bolsa rompeu. Ela levantou, foi ao banheiro e percebeu que o parto já começava. Acordou o marido. Acordou Alma, que tinha sete anos. Ligou para a mãe, para a doula e para o médico, dessa vez um profissional que trabalhava com parto humanizado.

Foi quando perguntou a ele qual era a diferença entre um parto comum e um parto humanizado. A resposta ficou guardada.

"A diferença tá no tratamento com a gestante."

No caminho, Aracy sentiu Coraci descendo dentro dela.

"Eu senti ela que nem uma minhoquinha descendo dentro de mim."

Começou a pensar na roupa. Se deveria ir de vestido ou de calcinha. Logo percebeu que aquilo pouco importava. Deitou o banco traseiro do carro. Alma queria ver o nascimento. E viu. Aracy sentiu que a filha estava saindo.

"Ela tá saindo, Mário! Tá saindo!"

Então veio a lembrança de Maria. Pensou em pedir à Virgem

Maria que segurasse a filha mais um pouco, apenas até chegarem ao hospital. Mas teve medo. Medo de que a bebê nascesse no carro e caísse. Quando chegaram, colocou a mão para apoiar a cabeça da criança. Mário parou o carro. Correu ao redor. E aparou a filha com as próprias mãos.

Coraci nasceu nas mãos do pai. Não chorou imediatamente. Aracy respirou fundo, e disse:

"Agora pode chorar, minha filha."

E ela chorou. Dessa vez, o nascimento foi acompanhado por uma equipe. Mas Aracy ainda precisou afirmar seus limites. A obstetra de plantão queria realizar procedimentos.

Aracy não se sentiu segura.

"Liga com o doutor Vitor, que foi meu obstetra, e pede pra ele vir."

Esperou. O médico chegou. E então ela permitiu que o procedimento fosse realizado.

O terceiro parto aconteceu em casa.

Aracy estava na Chapada. Não havia, na região, uma estrutura que considerasse adequada para o nascimento. Sabia que seria necessário deslocar-se até Cuiabá. Mas, desta vez, queria ficar.

"Eu queria ter o parto em casa."

Ficou. Quando a bolsa rompeu, esperou. Concentrou-se. Escutou o próprio corpo. Quando percebeu que era a hora, chamou a doula e a enfermeira. Elas chegaram rapidamente. A doula a colocou de cócoras. A enfermeira chegou em seguida. E, quarenta e cinco minutos depois, sua terceira filha nasceu.

"Estourou a bolsa e 45 minutos ela nasceu."

A placenta saiu durante o caminho para Cuiabá. A profissional que a acompanhava olhou para Aracy e disse:

"Aracy, foi perfeito. Você nem precisava sair de casa."

E Aracy pensou que, se tivesse outros filhos, gostaria que todos os nascimentos fossem assim.

Talvez seja por isso que, quando fala sobre seu primeiro parto, Aracy não fala apenas sobre dor. Fala sobre dignidade,

sobre cuidado. Fala sobre a diferença entre estar cercada de pessoas e estar verdadeiramente acompanhada.

Ela não esquece a sala enorme do hospital. As macas. Os panos separando os corpos. As mulheres gritando. O teto que observava enquanto as contrações cessavam por alguns minutos. A sensação de que ninguém estava ali para explicar, tranquilizar, segurar sua mão.

"Eu sou uma pessoa muito natural. Eu vejo as coisas com mais naturalidade."

Para ela, a nudez nunca foi o problema. Se uma situação exigisse que estivesse nua, estaria. A necessidade viria antes da vergonha. O que a impressionou foi outra coisa: mulheres sendo tratadas como se seus corpos fossem objetos de uma linha de produção.

"Aquilo me chamou atenção: as mulheres ali sozinhas, não tem uma pessoa do lado, não tem enfermeiros que podem tá indo lá dar atenção."

Aracy fala de um cuidado que poderia transformar a experiência. Uma palavra, uma mão, uma explicação. Um ambiente menos hostil, com alguma pessoa dizendo: vai ficar tudo bem. Porque, para ela, a dor não precisava desaparecer para que o nascimento fosse bonito.

"Por mais que tivesse a dor, poderia ser um momento legal, bonito, independente da dor. Porque a dor faz parte, eu acho."

Mas havia algo ainda mais profundo em sua lembrança. Quando fala sobre o nascimento de Alma, Aracy se emociona. Faz uma pausa e procura as palavras. Então diz que, naquele momento, se sentiu como um animal.

Não como uma forma de diminuir a si mesma, mas como uma descoberta radical da condição humana.

"Eu me senti um cachorro, uma vaca, qualquer animal. A gente é igual a isso. Somos todos iguais."

Naquele instante, pudor, vergonha, aparência, controle, o ego, tudo isso perdeu importância. Havia apenas um corpo tentando trazer outro corpo ao mundo.

"Parecia que tinha um planeta querendo nascer de mim e

eu não dava conta de tirar aquilo de dentro."

Para Aracy, aquela experiência revelou uma espécie de igualdade essencial entre todos os seres vivos.

"Qualquer ego, vergonha, pudor, acaba. Não tem isso. Acaba."

E talvez seja justamente aí que sua história encontra sua dimensão mais profunda. Quando tudo parece lhe escapar, alguma coisa ancestral permanece.

Aracy acredita que essa força tem raízes.

Ela é remanescente indígena do povo Bororo, nascida em Cuiabá, no Mato Grosso. Sua avó e sua bisavó carregavam essa ancestralidade. Sua mãe, porém, se afastou dessa identidade. Aracy não. Nela, essa herança permaneceu viva.

"Eu tenho isso muito forte em mim. Meus irmãos não têm. Mas eu carrego muito forte e intenso isso em mim."

Ela fala em reconhecimento, busca, pertencimento.

"Eu valorizo e acho que até mais que isso: eu vivo isso. Eu tenho ainda forte o sangue indígena."

Talvez daí venha parte de sua confiança no processo natural do nascimento. Talvez daí venha sua relação com a natureza, com o corpo, com o movimento. Aracy é bióloga, guia de turismo. Caminha muito, faz trilhas. Conhece o esforço físico. Tem muita resistência.

E acredita que o corpo sabe coisas que a cabeça, muitas vezes, tenta esquecer.

"Acho que vem daí a minha confiança."

Para ela, o parto também possui uma dimensão espiritual. Existe o tempo do nascimento. O momento não pode ser completamente marcado, agendado. O corpo começa quando está pronto.

"O parto tem uma coisa da coragem, tem toda a questão do horário do nascimento. É muito espiritual mesmo."

Por isso, questiona a ideia de transformar todo nascimento em uma operação previamente programada.

"Você vai lá e marca a data, marca horário, aquela coisa

seca. Acho que você acaba desperdiçando um momento de crescimento interno."

Ela não rejeita a medicina. Sabe que uma cesariana pode ser necessária. Mas gostaria que fosse reconhecida como uma alternativa diante da necessidade real, e não como a primeira opção, uma escolha automática.

"A gente sabe que, se precisa, se complicar alguma coisa, também tem. A medicina já tá boa nesse conhecimento. Mas, de cara, é parto normal."

Aracy também fala da mãe. Durante sua gravidez, ouviu críticas. A própria mãe a chamava de louca por desejar o parto normal. Aracy, entretanto, permaneceu firme.

Foi criada cercada de homens. Tem irmãos. Cresceu entre meninos, amigos, movimentos, brincadeiras. E acredita que isso também contribuiu para a maneira como aprendeu a enfrentar as coisas. Mas há algo que considera ainda mais forte: sua ancestralidade.

Ela não teve medo da dor. Não porque não soubesse que doeria. Mas porque não acreditava que a dor fosse suficiente para determinar sua escolha.

"Hoje parece que parto normal é errado."

E ela decidiu não seguir a maioria. Decidiu ouvir o próprio corpo.

Aracy é mãe de três meninas. Alma, a primeira, que nasceu depois de uma longa batalha contra a solidão. Coraci, que chegou depressa, no carro, e nasceu nas mãos do pai. E a terceira filha, que nasceu em casa, em apenas quarenta e cinco minutos, acompanhada por uma doula e uma enfermeira.

Três nascimentos. Três experiências diferentes. Três maneiras de seu corpo dizer que sabia. Quando olha para trás, Aracy percebe o contraste.

O primeiro parto, marcado pela exposição, pela ausência de acolhimento, pela sensação de desumanização. Os outros, cada um à sua maneira, marcados pela presença, pela escuta, pela confiança. E isso a fez pensar em quantas mulheres poderiam viver uma experiência diferente se fossem recebidas de outra

maneira.

"É um momento tão importante de uma pessoa nascer, né? A mulher que tá ali preparando na hora H é abandonada."

Ela não acredita que o parto precisa ser livre de dor para ser digno. Acredita que precisa ser livre de abandono. Porque, para ela, humanizar não significa eliminar tudo aquilo que é intenso. Significa não deixar uma mulher atravessar sozinha aquilo que é, ao mesmo tempo, físico, emocional, simbólico e profundamente humano. Hoje, quando alguma mulher lhe dá abertura para conversar sobre maternidade, Aracy incentiva. Conta sua história. Fala sobre a possibilidade do parto normal. Fala sobre a dor. Fala sobre a força. Mas também fala sobre segurança.

"Eu aconselho hoje a ter filhos, coisa que eu não queria."

Ri. Porque a vida, mais uma vez, contrariou seus planos.

Aracy fez uma cirurgia para não engravidar novamente. Tem três filhas, está separada e entende que sua história familiar chegou a outro capítulo. Mas, se pudesse voltar no tempo, não apagaria os nascimentos. Nem mesmo aquele primeiro. Porque, apesar de tudo, foi ali que Alma chegou. Foi ali que Aracy descobriu uma dimensão do próprio corpo que desconhecia.

Foi ali, entre gritos, panos, macas, desconhecidos e solidão, que percebeu que havia dentro dela alguma coisa que nenhuma instituição poderia controlar completamente.

Uma força antiga. Uma força que vinha antes dela. Uma força que atravessava sua avó, sua bisavó, seu povo, sua história. Uma força que talvez não soubesse explicar, mas que reconhecia quando sentia.

E é por isso que, quando fala sobre seus partos, Aracy não termina falando sobre a dor. Termina falando sobre a vida.

"Se eu pudesse ter outros filhos, seria tudo assim. Tudo normal."

E talvez essa seja a síntese de sua história: uma mulher que passou a vida acreditando que nunca seria mãe e que, ao tornar-se mãe, descobriu não apenas três filhas, mas também uma parte de si mesma que sempre esteve ali. Esperando.

Depois da dor
a placenta e o amanhã
caem devagar.

Na enfermaria
as cortinas eram finas demais
para esconder o mundo.

No corpo
cada contração
era conversa antiga.
Mulheres Bororo
ainda respiravam
dentro dela.

A avó caminha
em seu sangue.
A bisavó
sopra os ventos.
Raízes
embaixo da pele
sustentam
o parto natural.





Antes de abrir os olhos
já atravessava caminhos

a mãe caminhou por túnel
onde a morte soprava um nome
e a vida insistia no outro.

trouxe no corpo
a memória do que não viveu
e mesmo assim, ainda habita.

## A força que nasceu comigo

### A HISTÓRIA DE MAYA

"Às vezes penso que a minha história começou antes de mim", refletiu Maya.

Começou no corpo da sua mãe, numa sala de cirurgia, entre o susto e a insistência da vida. Dona Rute, paraibana, costumava contar que, no parto de Maya, a anestesia não pegou. Houve pressa, medo, sedativo, apagamento. E, nesse intervalo em que o corpo dela parecia já não pertencer inteiramente a este mundo, ela atravessou um túnel. No fim desse túnel, havia dois caminhos. Um mais escuro, como se chamasse para a desistência. O outro aceso por uma claridade funda, dessas que não iluminam só os olhos, mas o destino. E ela escolheu o caminho da luz. Escolheu ficar.

Depois dizia que se viu do alto, pairando sobre a equipe médica, olhando para o próprio corpo aberto, para a cesariana em curso, para a menina que estava chegando. Escutava as palavras pela metade, como quem ouve o mundo ainda de longe. Nem o anúncio do meu sexo chegava inteiro. Era tudo névoa, corte, vertigem,

fronteira.

Maya nasceu assim: entre dois caminhos.

Talvez por isso ela tenha passado a vida inteira reconhecendo, em si, essa força antiga de quem aprende cedo que existir é uma escolha contínua.

Maya é filha de dona Rute, paraibana, e de seu José, cearense. Traz em si esse chão nordestino de gente que suporta, que inventa, que persiste, que muitas vezes não tem o direito de desabar. Suas avós, seus avôs, suas tias, os nomes da família, as casas cheias, as histórias atravessadas por migração, pobreza, afeto, dureza e fé — tudo isso vive nela como se fosse uma segunda pele. Nasceu em Taguatinga, foi criada ali até os vinte anos, e sua infância não teve exatamente a maciez das coisas fáceis.

Seus pais se separaram quando ela ainda era muito pequena, antes mesmo que entendesse as palavras. Houve traição, houve sofrimento, houve silêncio longo. Sua mãe carregou muito peso. Seu pai, um homem de erros e também de coração grande, ficou distante. E ela cresceu entre aquilo que faltava e aquilo que as mulheres conseguiram sustentar.

Tem irmãs de sangue, de criação, de convivência, porque família, para ela, nunca coube direito nas molduras certinhas. Família era quem dividia o quintal, a panela, o cansaço, a infância, a vida remendada no improviso. Cresceu vendo mulheres segurarem o mundo com as mãos, mesmo quando o mundo não lhes devolvia quase nada.

E talvez por isso, desde pequena, o cuidado já morasse nela como um instinto. Ela não dizia que queria casar, nem que queria ter filhos. Isso não fazia parte das fantasias que enunciava. Mas gostava de arrumar as mulheres da casa, de maquiar, de ajeitar o cabelo, de tocar com delicadeza, de oferecer presença. Tinha uma alegria genuína em cuidar.

Sua vida foi se fazendo por muitos caminhos: estudou Psicologia, depois foi para as Artes Plásticas, se formou, escreveu, ensinou, viveu intensamente a capoeira por mais de vinte anos, se deixou formar pelo samba de roda, pela cultura, pelo corpo, pelo gesto, pela arte como modo de existir. É professora, escreveu livros infantojuvenis, construiu projetos, foi atravessada por

muitos mundos. Mas nenhum deles a transformou tanto quanto o parto.

Conheceu o pai dos seus filhos quando tinha vinte anos, num daqueles encontros que parecem ter sido tramados por uma mão invisível. Ela tinha saído de um relacionamento e, disse a si mesma que ficaria sozinha por um tempo. Foi a um samba com uma amiga. E ali uma mulher a olhou e insistiu: "Você parece muito com meu irmão. Vou te apresentar a ele." Mais tarde, foi levar uma prima dela em casa, e quem estava lá era justamente o irmão. O irmão virou seu marido. "E assim a vida, mais uma vez, me mostrou que seus caminhos preferidos quase nunca são os retos".

Com vinte e um anos, engravidou do seu primeiro filho. Ela trabalhava na Anvisa, estudava, tinha pouco dinheiro, vivia ainda na casa da sogra, cercada de interferências e limitações. Mas alguma coisa despertou dentro nela, com uma força avassaladora. Ela queria saber tudo. Queria compreender a gestação, a alimentação, o desenvolvimento do bebê, os modos de nascer. Lia, pesquisava, observava, estudava. Havia nela, uma sede de entender que o nascimento não podia ser apenas um ato técnico. Sentia, antes mesmo de ter vocabulário para isso, que o parto era uma experiência profundamente humana, física, espiritual, emocional, ancestral. E que, justamente por isso, precisava ser tratado com respeito.

Ela sonhava com um parto natural. Sonhava com luz baixa, menos ruído, acolhimento, escuta, corpo livre. Sonhava com um ambiente em que seu filho pudesse chegar sem violência. Chegou a desejar um parto domiciliar, mas aquilo ainda era longe demais da sua realidade. Ela não tinha recursos, nem autonomia suficiente. Ainda assim, foi em busca do que fosse possível.

Quando estava com sete meses de gestação, ela foi ao HMIB (Hospital Materno Infantil de Brasília) e descobriu um projeto para doulas. Sua cunhada participou para acompanhar seu parto. Ficou animada. Soube também que havia, no hospital, uma cadeira de cócoras. Aquilo a acendeu por dentro. Ela já vinha estudando o método Leboyer, essa proposta de receber o bebê com mais respeito, em um ambiente menos agressivo, mais

silencioso, mais gentil. Ela pensava: é assim que eu quero. É assim que meu filho merece chegar.

Mas a realidade a esperava com a frieza própria das estruturas que esqueceram que um corpo em trabalho de parto é um corpo sagrado.

Começou a sentir as contrações às seis da tarde, com quarenta semanas certinhas. Desde o começo elas vieram fortes, próximas, intensas. Não houve delicadeza gradual. Seu corpo entrou no trabalho como um rio cheio. Foi para o hospital ainda no início da noite, já tomada pela força das contrações, e lá recebeu o primeiro gesto de desamparo: disseram que ela não tinha dilatação suficiente para ser admitida e a mandaram de volta para casa.

Ela sempre volta a esse momento porque ele, por si só, já diz muito. Maya, considerava que havia uma violência silenciosa em dispensar uma mulher em trabalho de parto como se ela tivesse chegado cedo demais à própria dor. Como se o corpo dela precisasse obedecer a um critério burocrático para merecer cuidado. Como se a dor não precisasse ser acolhida enquanto ainda está começando. Como se só a partir de certo número de centímetros a mulher ganhasse o direito de existir para o hospital.

Voltou para casa. Andou pelo quintal. A cada contração ela agachava, ficava de cócoras, respirava, se recolhia dentro de si. Sua cunhada fazia massagem. Seu marido fazia massagem. Seu cunhado também. Atravessou horas assim, entre a insistência do corpo e a espera. Quando voltou ao hospital, por volta de uma da manhã, com quatro centímetros, foi finalmente admitida. E logo a separam de quem ela mais precisava: seu marido não podia entrar.

A justificativa era a seguinte: havia várias mulheres no mesmo espaço, expostas, então os homens não podiam permanecer ali. A lei já permitia acompanhante. Mas o hospital tinha suas próprias leis não escritas, aquelas que muitas vezes se impõem sobre o corpo das mulheres como se fossem naturais. Seu marido ficou do lado de fora, sem notícias, sem voz, sem poder apoiá-la. E ela entrou sozinha num dos momentos mais vulneráveis da sua vida.

Lá dentro, conheceu a médica de plantão.

Até hoje, quando se lembra dela, não lembra do rosto, vem a sensação. Frieza. Distância. Ausência. Ela a examinou sem olhar o rosto de Maya. Não perguntou seu nome. Não explicou o que faria. Não perguntou como ela estava. Não se interessou por ela como pessoa. Maya se sentiu um útero a ser medido, um colo a ser avaliado, uma tarefa do plantão, um corpo entre outros corpos. E talvez uma das maiores dores que uma mulher pode sentir no parto seja justamente essa: deixar de ser gente aos olhos de quem deveria cuidar.

O primeiro toque foi doloroso. O segundo foi pior. Mas não era a dor inevitável do parto. Era a dor de ser invadida sem delicadeza, sem palavra, sem cuidado. Existe um sofrimento que nasce da força das contrações e existe outro, mais amargo, que nasce da maneira como o mundo trata uma mulher naquele momento. A mão fria, o gesto apressado, a técnica sem humanidade — tudo isso também dilacera.

Depois do primeiro toque, Maya passou a evitá-la. Ela andava pelos corredores, ficava com sua cunhada, tentava escapar da proximidade daquela médica como quem tenta proteger o pouco de integridade que ainda restava. O ambiente já a adoecia. O corpo não dilatava. Seu colo estava rígido. Hoje ela entende que não era só fisiologia. Era defesa. Como se seu corpo dissesse aquilo que ainda não conseguia formular: não se abre com facilidade num ambiente hostil. Não se entrega ao nascimento num lugar em que a presença humana foi substituída pelo protocolo.

As horas passaram. Ela estava exausta. Com fome. Com sede. Com dor. Pediu água. A enfermeira foi perguntar à médica. E a resposta voltou como um retrato perfeito da desumanização: se ela quisesse, poderiam apenas passar um algodão molhado nos meus lábios.

Um algodão! Nem água, nem escuta, nem um copo, nem uma mão, nem uma palavra de amparo.

Um algodão.

Há frases que atravessam a gente com a violência de um tapa. Aquela atravessou. Porque naquele instante ela compreendia

que o seu sofrimento não importava de verdade. O sistema podia controlar o seu corpo, podia interditar sua sede, podia regular o que lhe era permitido sentir e até a forma como ela teria o alívio mais elementar. Indignada, ela recusou. Disse que não precisava. Não queria uma caricatura de cuidado. Ela queria ser tratada como uma mulher em trabalho de parto, e não como um incômodo a ser administrado.

A médica ainda disse, diante dela, com a naturalidade dos que já se acostumaram à dureza: "Vai varar a madrugada afora."

E varou.

A madrugada a atravessou inteira. Não apenas com as contrações, mas com o peso daquele ambiente. Ela foi se esgotando. E há um tipo de cansaço que não é apenas físico. É o cansaço de estar sozinha diante da instituição. O cansaço de defender o próprio corpo quando se está vulnerável demais para defender qualquer coisa. O cansaço de sentir que, para além da dor do parto, existe uma camada adicional de violência sendo produzida ali, na forma de silêncio, de frieza, de pressa, de desconsideração.

Quando amanheceu, chegou outra equipe. E ela se lembra do nome do médico que veio em seguida: Dr. Juarez. Guardou o nome porque o contraste a marcou. Ele perguntou como ela se chamava. Isso parece pouco, mas naquele contexto foi quase um gesto de reparação. Perguntar seu nome era, de algum modo, devolvê-la ao mundo dos vivos. Era dizer: eu vejo você. Ele a examinou com mais cuidado, com outra energia, outra presença. Disse que seu colo estava muito enrijecido pelo tempo de trabalho de parto e sugeriu ocitocina.

Ela não queria intervenção. Tinha estudado para evitar ao máximo. Mas, pensou… o parto também nos coloca numa condição de extrema vulnerabilidade. Quando se está exausta, com medo, ouvindo que o bebê pode entrar em sofrimento, a palavra "escolha" fica frágil. A mulher consente, muitas vezes, num campo reduzido de liberdade. Isso precisa ser dito. Nem todo consentimento nasce de autonomia plena. Às vezes ele nasce do cansaço, do medo, da assimetria brutal entre quem está deitada e quem veste o jaleco.

Antes da ocitocina, ele mandou que ela fosse para o chuveiro. E aquele banho a fez sentir um breve reencontro consigo. A água quente devolveu um pouco a presença do seu corpo, um pouco da respiração, um pouco da entrega. Depois veio a medicação, e tudo acelerou. As contrações ficaram muito mais intensas, mais agudas, mais rápidas. Foi para a sala onde aconteceria o nascimento. Ela disse que queria a cadeira de cócoras.

Maya acreditava que, naquele momento, aquilo também fosse uma forma de resistência. De dizer: ainda há algo que me pertence nesse processo. Trouxeram a cadeira. O médico pediu silêncio. Pediu que apagassem as luzes. Isso a acolheu. Havia gente olhando pela janelinha da porta, curiosa porque aquela cadeira quase nunca era usada. Ela, ali, se tornando quase uma cena clínica e, ao mesmo tempo, tentando sustentar a dimensão mais íntima e mais animal do meu parto. Então veio o expulsivo.

Ela estava inteira ali. Cansada até a alma, mas inteira. Maya é muito obstinada. Quando uma verdade se acende nela, vai com ela. Naquele momento ela queria parir seu filho com tudo o que tinha. Na segunda força mais intensa, alcançou a cabeça dele antes que o médico o pegasse. Quase como quem afirma, num gesto só, que aquele nascimento também era dela, que ela não havia atravessado todas aquelas horas para desaparecer no instante final.

Quando ele nasceu, ouviu: "Parabéns, mamãe, você fez seu parto."

E pensou, em silêncio, com uma lucidez quase feroz: desde o começo fui eu.

O nascimento do seu primeiro filho a inundou de amor. Ela chorava vendo-o dormir, acordar, respirar. Chorava de gratidão. Mas o pós-parto também a ensinou que amor e sofrimento, muitas vezes, caminham de mãos dadas. Ela tinha muito leite, muito mesmo. O peito doía, enchia, pesava. Teve febre. Ordenhava sem parar. Doou muito leite para o banco de São Sebastião. E tudo isso ainda acontece dentro da casa da sua sogra, cercada de palpites, de mitos, de controles, de frases rígidas sobre como uma mãe deveria fazer tudo. "Não pode amamentar deitada." "Não pode assim." "Não pode assado." E ela, exausta, tentando

encontrar seu próprio ritmo de maternar, era constantemente atravessada pelo medo e pelo saber autoritário dos outros.

Quando seu filho tinha quatro meses, precisou voltar ao trabalho. A licença maternidade ainda era curta. Ela ia de ônibus chorando. Chorava no caminho, chorava no trabalho, chorava de saudade, de exaustão, de desamparo. Seu corpo no puerpério com peito ainda de mãe em transbordamento, e o mundo exigia dela produtividade como se nada de monumental tivesse acontecido. Foi um tempo muito duro. Hoje ela reconhece ali uma tristeza profunda, um adoecimento, uma depressão. Mas, como tantas mulheres, seguiu porque era preciso seguir. Anos depois, veio seu segundo filho.

Ela já era outra mulher. Mais madura, com mais autonomia, morando na sua própria casa, com outras condições e outra consciência. Procurou uma doula, uma parteira, se aproximou ainda mais do universo feminino, da yoga para gestantes, de mulheres que olhavam para o parto como experiência de força e não como falha a ser corrigida. Ela dava aulas em um Espaço que oferecia escuta sensível, yoga para gestantes e aprendeu muito nesse lugar. Ali havia uma delicadeza mais alinhada ao mistério da gestação.

Seu segundo parto foi em casa, num sábado de sol. Foi mais rápido. Mais próximo daquilo que ela desejava. Mas mesmo ali, ela percebeu algo importante: às vezes, mesmo em espaços mais humanizados, ainda há vozes demais, orientações demais, movimentos externos demais. Em certos momentos, ela queria silêncio. Queria recolhimento. Queria descansar um pouco entre uma onda e outra. Queria apenas se ouvir. E nem sempre isso foi plenamente possível. Ela foi entendendo, pouco a pouco, que o seu modo de parir era mais solitário, mais interno, mais voltado para um centro onde poucas palavras cabem. Pariu novamente de cócoras. Seu filho nasceu enorme, com um cordão umbilical grosso, impressionante. Depois, sofreu com o útero voltando ao lugar, com cólicas fortes, mas havia nela uma certeza cada vez maior: Ela queria parir sozinha, como quem reconhece, no próprio corpo, uma sabedoria ancestral e desejava atravessá-la em escuta plena.

Ela tinha visto filmes, lido relatos, se emocionado com imagens de mulheres que pariam em recolhimento absoluto. Uma imagem a marcou especialmente: a de uma mulher africana que se isolava numa pequena estrutura de palha e paria sozinha. Quando viu aquilo, uma verdade antiga se acendeu nela. Ela se identificou profundamente. Não com a paisagem, mas com o gesto. Ela sentia que o parto, para ela, não era performance. Era mergulho. Era um encontro radical entre o seu corpo, seu filho e a força da vida.

Quando engravidou do terceiro, ela já sabia que iria parir sozinha.

No começo até perguntou a uma amiga doula se ela aceitaria acompanhá-la, mas perto do parto ela recuou, receosa. E, no fundo, ela já compreendia que aquele caminho seria dela. Para a família e para as pessoas em volta, ela dizia que iria parir na casa de parto. Aprendeu cedo que certos sonhos precisam ser protegidos do medo alheio. Aprendeu que há decisões que só florescem se ficarem longe demais das mãos dos outros. Foi então que sonhou.

Sonhou duas vezes o mesmo sonho. Exatamente o mesmo. E esse sonho foi, para ela, uma bênção e uma confirmação. Ela estava na casa de Taguatinga onde cresceu, aquela casa com outras casas dentro, cheia de gente, de passagens, de memórias, de mistérios. E ali aparecia sua tia Dora — uma das mulheres mais marcantes da sua vida. Enfermeira. Mulher ligada à cultura africana, ao samba, à umbanda, à Mangueira, à negritude vivida com profundidade, ainda que muitas vezes escondida dos olhos mais conservadores da própria família. Com ela Maya aprendeu sobre outras formas de existência. Com ela, Maya aprendeu a sentir a ancestralidade como coisa viva.

No sonho, Maya entrava no banheiro e paria seu filho debaixo do chuveiro. Depois saía com ele nu nos braços, e do lado de fora estavam muitas mulheres da sua família. Algumas ela conhecia, outras não. Mulheres vivas, mortas, lembradas, esquecidas. Mulheres da sua linhagem. Elas a recebiam. Maya sonhou isso duas vezes. E entendeu como um aviso.

Na reta final da gestação, ela estava muito forte. Tinha

passado num concurso para professora temporária quase no fim da gravidez e ainda precisava cumprir dias mínimos para garantir a licença-maternidade. Deu aula com a barriga avançada, atravessou as semanas finais sustentando o corpo e a expectativa. Passou de quarenta semanas. Depois quarenta e uma. Depois, quarenta e uma semanas e quatro dias. O mundo em volta começou a pressionar. As pessoas perguntavam, insinuavam, assustavam. Mas ela seguia firme. Maya tinha medo, claro. Medo é humano. Mas ele não a governava.

Naquela sexta-feira, uma amiga a visitou, tocaram tambor para caboclo. Aquilo a fortaleceu de um jeito difícil de explicar. À noite, quando seu marido chegou, ela tomou banho e disse: "Vamos fazer uma oração?" Fizeram. E ela falou com meu filho: "Pode vir. Está tudo pronto. Estamos aqui te esperando." Eram nove da noite. Foi dormir. À meia-noite, as contrações começaram.

Seu marido tinha montado uma piscina na sala. Ele acreditava que o bebê nasceria na água. Maya já intuía que não. Seus dois partos anteriores tinham sido de cócoras. Seu corpo dizia outra coisa. Mas deixou a piscina ali, como gesto dele, como preparação amorosa. Enquanto ela se movia pela casa, ele aquecia água, enchia a piscina, a acompanhava. Ela andava, inclinava seu corpo sobre a bola, rebolava, respirava, entrava e saía das ondas do corpo. Havia, finalmente, a possibilidade de estar em casa, de ser dona do meu tempo, do meu som, da sua dor, do meu silêncio.

Quando as contrações se intensificaram muito, foi para o chuveiro. A água quente batia na lombar e a atravessava. Seu marido tentou colocar a mão para massagear e não conseguiu, de tão quente que estava. Maya ficou ali um tempo longo, suspensa entre o calor, a dor e a passagem. Depois saiu, tentou a piscina, achou a água fria, foi para o quarto. Acocorou-se na cama. E então entrou num túnel.

Era um túnel interior, vasto, sem bordas, sem volta. E ali pensou: "Meu Deus, eu não aguento mais." Foi nesse instante que ouviu, dentro de dela, uma voz límpida, firme, absoluta: "Não há mais para onde voltar. Você escolheu. Agora é só para frente." Essa voz a atravessou como verdade.

Na contração seguinte, a bolsa estourou. Seu marido entrou em alerta, perguntava o que podia fazer. Mas ela já estava num lugar onde o mundo exterior quase não alcançava. Ajoelhou no chão, debruçada na cama, na mesma posição em que já tinha parido antes. E então a força veio. Veio como uma tempestade antiga. Seu marido disse depois que ela virou onça.

Ele queria ajudá-la, tocar, apoiar, e ela só conseguia dizer: "Ninguém me toca." Não era recusa dele. Era necessidade de inteireza. Era o instinto de uma mulher que precisava de todo o espaço da própria força para atravessar aquela passagem.

Quando a cabeça do seu filho surgiu, foi ela mesma quem o pegou. Ele escorregava. Seu marido ajudou a segurar. E então Maya o trouxe para ela. O ar mudou. O tempo mudou. O mundo ficou em suspenso. Deitou com seu filho no peito e ficou. Sem pressa. Sem ninguém transformando milagre em procedimento.

Depois de alguns minutos, as contrações voltaram, e a placenta saiu sozinha, naturalmente, no seu tempo. Não houve tração. Não houve mãos apressadas. Não houve violência. No seu segundo parto, depois soube que tinham puxado a placenta. Nesse, não. Nesse o corpo pôde concluir o que havia começado. Nesse a natureza foi respeitada até o fim.

Não deu banho no seu filho. Não interrompeu nada. Apenas ficou ali com ele. Depois dormiram como estavam, envolvidos naquele resto de madrugada que parecia já não pertencer ao relógio do mundo. Esse foi o parto mais transformador da sua vida. Não apenas porque seu filho nasceu. Mas porque ela nasceu também.

Ali Maya se reconheceu de um jeito definitivo. Reconheceu a sua força. Reconheceu a sua capacidade. Reconheceu a sua fé. E entendeu, com uma nitidez que nunca mais a deixou, que a fé não vem de fora. Não mora na aprovação alheia, nem na autoridade do jaleco, nem no medo socialmente repetido. A fé é uma força interna. Uma força que se acende quando a mulher se encontra consigo mesma e diz, do fundo do corpo: eu posso.

Muita gente a chamou de doida. Muita gente disse que era irresponsabilidade. Muita gente tentou dominá-la pelo medo. Diziam: "E se acontecer alguma coisa? E se ele morrer? A culpa

vai ser sua." Esse é o terrorismo mais cruel lançado sobre uma mulher: fazê-la carregar, antes mesmo do acontecimento, a culpa imaginada de uma tragédia. Como se confiar no próprio corpo fosse crime. Como se a violência institucional fosse sinônimo de segurança. Como se o hospital, por si só, absorvesse toda brutalidade. Como se uma mulher pedir água e receber algodão nos lábios fosse normal. Como se ser tocada sem cuidado fosse rotina aceitável. Como se a frieza pudesse vestir jaleco e ainda se chamar assistência.

Maya nunca negou os riscos da vida. Mas aprendeu que o medo, quando vira ferramenta de controle, paralisa. E o que mais fazem com as mulheres, muitas vezes, é governá-las pelo medo. Convencê-las de que não sabem, de que não sentem direito, de que não entendem o próprio corpo, de que precisam ser conduzidas, corrigidas, mandadas, domesticadas. Maya viveu isso. Viveu o peso da instituição sobre o seu corpo. Viveu a frieza da medicina quando ela esquece o humano. Viveu o toque sem alma. Viveu a sede sem água. Viveu a madrugada em que seu corpo precisava de amparo e recebeu protocolo.

Por isso, quando Maya fala de parto, não fala apenas de nascimento. Fala de dignidade. Fala do direito que uma mulher tem de não ser humilhada no momento em que está mais aberta, mais vulnerável e mais poderosa. Fala da memória que o corpo guarda. Fala da diferença brutal entre ser assistida e ser administrada. Fala de como um profissional da saúde pode cuidar de uma mulher ou feri-la profundamente, às vezes com uma frase, um gesto, um toque, uma omissão.

Maya pariu três filhos. Mas, segundo ela, também foi sendo parida por cada uma dessas travessias.

No primeiro parto, aprendeu a resistir.

No segundo, aprendeu a se ouvir.

No terceiro, aprendeu a confiar sem pedir licença.

E hoje sabe: nascer e parir também são formas de lutar.

As mulheres da minha infância
não tinham coroas.

Tinham bacias,
panelas,
roupas no varal
e contas vencendo sobre a mesa.

Seguravam o mundo
com mãos rachadas pelo cotidiano.

Minha mãe.
Minhas tias.
Minhas avós.

costuravam dignidade
com linhas curtas
e poucos recursos.

aprendi que amor não é discurso
é café passado antes do dia
é dividir o último pedaço
é seguir juntas.

Sou apenas mais uma chama
dessa fogueira que acenderam.
Quando me chamam forte,
penso nelas.



Vertigem e retorno
entre bisturi e mistérios
filha da escolha

Silêncio e força.
O mundo inteiro respira
antes do nascer.

Entrei em território antigo
onde a linguagem não alcança.

Ali não havia medo.
Havia instinto.
O que minha mente jamais estudou.

A água quente escorria.
A madrugada respirava.
E então a força veio.
Veio com dentes de floresta.
Veio com olhos de caça.

Veio com a memória de todas as fêmeas
que um dia pariram sob as estrelas.



O corpo abre portais
em oceanos de dor.

Quando o filho procura o mundo
e a oferta é migalha de cuidado.

Sobrevivi àquela madrugada.
sobrevivi aos toques sem alma
às luzes frias com portas fechadas
à solidão vestida de protocolo.

E quando meu filho chegou,
não era apenas ele que nascia.
Era também essa mulher
que ninguém conseguiu apagar.

Água do chuveiro
o corpo lembra caminhos
mais velhos que eu.

Mãos ancestrais
pelos corredores do sonho
chega o filho



Pari meus filhos
Entre uma dor e outra,
nasci mãe.

Casa de mulheres
Nas mãos da minha linhagem
arde o futuro.

Pari um filho.
Depois outro.
Depois mais um.

A história inteira
é que a cada nascimento
eu nascia para o mundo.

No primeiro:
resistir é  verbo sagrado.

No segundo:
ouvir a voz dentro de mim.

No terceiro:
aprender a confiar.

Não em aplausos.
Não em permissões.
Não em medos emprestados.
Confiar em mim.



# BIBLIOGRAFIA


ALDROVANDI, E. O. C. **Nos passos da violência**. Capivari: EMI, 1997.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro. Ed. Pólen. São Paulo. 2019.

AUAD, Daniela. **Feminismos**: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BANDEIRA, L. M. e ALMEIDA, T. M. C. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. In: **Revista do Ceam**, v. 2, n. 1, jan./jun. Brasília: UnB, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 197-221. Disponível em: <https://cadernodematerias.files.wordpress.com/2012/03/o-narrador-walter-benjamin.pdf>. Acesso em: jan. 2023.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. Rev. Bras. Educ., 2002 (19), jan. 2002. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: DF, 2005.

BRASIL. **LEI MARIA DA PENHA. Lei n. 11.340/06, de 7 de agosto de 2006**. Brasília: DF, 2006.

BRASIL. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: DF, 2007.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: DF, 2011.

BRASIL. Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013. **Programa "Mulher, viver sem Violência": diretrizes gerais e protocolos de atendimento**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: DF, 2013.

BRASIL. **Lei do Feminicídio. Lei n. 13.104/15, de 9 de março de 2015**. Brasília: DF, 2015.

BRUM, Eliane. **A Vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélogo editorial 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros Editora, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio Janeiro: Malê Editora, 2011.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio Janeiro: Pallas editora, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. ZAHAR, 2020.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade da depressão. São Paulo: Boitempo, 2009.

LAJOLO, M. **O que é Literatura**. Coleção Primeiros Passos. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982.

NOAL, Débora da Silva; DAMÁSIO, Fabiana; FREITAS, Carlos Machado de. (Coord. e colaboradores). **Cartilha Violência Doméstica e Familiar na COVID-19 / Curso de Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID19**. Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/Ministério da Saúde – Brasil. Maio/2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Moderna. 1987.

SCHWARTZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil de 1870-1930. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Emmanuelle; TORRES, Roberto; BERG, Tábata. A miséria do amor dos pobres. In: SOUZA, Jessé *et all*. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. São Paulo: Editora Contracorrente. 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e SEAWRIGHT, Leandro. **Memória e narrativas**: História Oral Aplicada. Ed. Contempo. 2020.

Este livro é composto na fonte Sabon LT Std Roman, corpo 11,5 pt, entrelinha 14pt, preto 100%. Os poemas estão na Amatic SC Bold, corpo 16pt, entrelinha 16pt. Os títulos estão na Amatic SC Bold, corpo 25pt. Impresso pela Athalaia Gráfica e Editora em outubro de 2026 com tiragem de 150 exemplares. Brasília-DF.



Roseane Coelho Braga é gestora, produtora cultural e escritora, com ampla experiência na elaboração, coordenação, gestão e produção de projetos socioculturais, educativos e artísticos. É sócia-fundadora do Instituto Bem Cultural (IBC), organização da sociedade civil sem fins lucrativos, da qual foi presidenta entre 2017 e 2021 e atualmente exerce novamente a presidência. À frente do IBC, participou da realização de importantes projetos culturais no Distrito Federal, entre eles o Movimento Internacional de Dança (MID), o Festival do Teatro Brasileiro (FTB), ações culturais no CCBB, o Território Criativo, a gestão compartilhada do Espaço Cultural Renato Russo e programas educativos do Museu Nacional da República.

É também sócia-fundadora e diretora da Tangará Desenvolvimento Social Ltda., empresa voltada ao desenvolvimento social, à formação, elaboração, gestão e produção de projetos socioculturais. Nos últimos anos, coordenou e produziu projetos selecionados por editais do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal (FAC/DF) e outras iniciativas financiadas por recursos públicos, com destaque para Museu é o Mundo, Museu Educativo, Narrativas Femininas e a Cultura do Nascimento, Mesmo só, por todas e Meu Primeiro Cinema.

Sua trajetória profissional inclui ainda atuação em projetos de desenvolvimento territorial e inclusão sociocultural em diferentes estados brasileiros. Foi Gerente Nacional da OSCIP Moradia e Cidadania, vinculada a empregados da CAIXA, onde atuou na gestão institucional, elaboração de projetos, captação de recursos e coordenação de iniciativas socioculturais em âmbito nacional. Também exerceu a função de Gerente Nacional de Canais Governo e Organizações Sociais da CAIXACRESCER, participando da criação e modelagem de tecnologias sociais voltadas ao trabalho social no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Paralelamente à atuação na gestão cultural, Roseane desenvolve trajetória como escritora e poeta. É autora da obra literária Mesmo só, por todas, composta por narrativas e poemas produzidos a partir de experiências de mulheres pretas e periféricas do Distrito Federal.

Publicou poemas e artigos em jornais e coletâneas literárias, entre eles Sachê de minha alma, Coração do Divino e Cadências, integrando a coleção Goiânia em Prosa e Verso. Sua formação reúne estudos em Ciências Econômicas, História da Arte e Piano Erudito, articulando, em sua trajetória, gestão, cultura, educação, literatura e desenvolvimento social. Ao longo de sua carreira, consolidou uma atuação marcada pela criação e realização de projetos que aproximam arte, cultura, educação, território e transformação social.

Contato: 61 99806-1747. Email: roseanebraga@gmail.com

"Este livro nasceu do desejo intenso de dar voz às mulheres. Dar voz àquelas que tiveram suas histórias invisibilizadas, mas que viveram algo que representa a história de tantas outras: deram à luz e tornaram-se mães. Mães que também seguiram invisíveis, sendo tratadas como só mais uma e que, neste sagrado rito de passagem, sofreram violências.

Trouxemos aqui, um recorte específico: ouvimos mulheres pretas/pardas e periféricas do Distrito Federal sobre seus partos. Sabemos que mulheres negras são as mais negligenciadas nos serviços de saúde, são aquelas que mais sofrem abordagens agressivas ou, até mesmo, são excluídas da assistência à saúde.

No campo da saúde, há, sem dúvida, a certeza de que já avançamos bastante no cenário obstétrico do Brasil. Avançamos, com muita luta, em um país que enfrenta altos índices de cesariana e no qual a mercantilização do nascimento, infelizmente, é uma realidade."

KIARA BARKER



*Este projeto é realizado com recursos do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal.*

FAC Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal

Apoio: IBS instituto bem cultural

Realização: TANGARÁ Desenvolvimento Sociocultural

Secretaria de Cultura e Economia Criativa

GDF